

**947ª Sessão do Conselho Universitário.** Ata. Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e doze, às quatorze horas, reúne-se o Conselho Universitário, na Sala do Conselho Universitário, na Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira”, sob a presidência do Magnífico Reitor, Prof. Dr. João Grandino Rodas e com o comparecimento dos seguintes Senhores Conselheiros: Helio Nogueira da Cruz, Vahan Agopyan, Marco Antonio Zago, Maria Arminda do Nascimento Arruda, Telma Maria Tenorio Zorn, Sandra Margarida Nitrini, Sérgio França Adorno de Abreu, Antonio Magalhães Gomes Filho, José Rogério Cruz e Tucci, Reinaldo Guerreiro, Fábio Frezatti, Marcelo de Andrade Roméro, Ana Lúcia Duarte Lanna, Mauro Wilton de Sousa, Maria Dora Genis Mourão, Marília Pontes Esposito, Romualdo Luiz Portela de Oliveira, Renato de Figueiredo Jardim, Alejandro Szanto de Toledo, José Roberto Cardoso, Lucas Antonio Moscato, Geraldo Roberto Martins da Costa, Luiz Gonçalves Neto, José Otávio Costa Auler Júnior, Berenice Bilharinho de Mendonça, Benedito Carlos Maciel, Marcos Felipe Silva de Sá, Fernando Rei Ornellas, Walter Ribeiro Terra, Germano Tremiliosi Filho, Elisabete Frollini, Alexandre Nolasco de Carvalho, Edson dos Santos Moreira, Flávio Ulhoa Coelho, Carlos Eduardo Ferreira, Tércio Ambrizzi, Fábio Luiz Teixeira Gonçalves, Valdecir de Assis Janasi, Marcos Egydio da Silva, Jorge Mancini Filho, Fernando Salvador Moreno, Rui Curi, Luiz Roberto Giorgetti de Britto, Carlos Eduardo Falavigna da Rocha, Sergio Antonio Vanin, José Vicente Caixeta Filho, Joaquim José de Camargo Engler, Enrico Lippi Ortolani, José Antonio Visintin, Diná de Almeida Lopes Monteiro da Cruz, Dulce Maria Rosa Gualda, Silvia Helena de Bortoli Cassiani, Maria Helena Palucci Marziale, Valdemar Mallet da Rocha Barros, Léa Assed Bezerra da Silva, José Carlos Pereira, Luiz Fernando Pegoraro, Rodney Garcia Rocha, Carlos de Paula Eduardo, Emma Otta, Vera Silvia Raad Bussab, Michel Michaelovitch de Mahiques, Belmiro Mendes de Castro Filho, Sebastião de Sousa Almeida, Francisco de Assis Leone, Carlos Eduardo Negrão, Maria Augusta Peduti Dal’Molin Kiss, Sérgio de Albuquerque, João Luis Callegari Lopes, Helena Ribeiro, Oswaldo Yoshimi Tanaka, Douglas Emygdio de Faria, Elisabete Maria Macedo Viegas, Sigismundo Bialoskorski Neto, Walter Belluzzo Jr, José Jorge Boueri Filho, Edson Roberto Leite, Nei Fernandes de Oliveira Júnior, Domingos Sávio Giordani, Ignácio Maria Poveda Velasco, Guilherme Adolfo dos Santos Mendes, Valdir José Barbanti, Maria

35 Regina Torqueti Toloí, Carlos Alberto Ferreira Martins, Eduvaldo Paulo Sichieri,  
36 Maria Hermínia B. Tavares de Almeida, Amâncio Jorge S. Nunes de Oliveira,  
37 Cecília Helena Lorenzini de Salles Oliveira, José Roberto Machado Cunha da  
38 Silva, Luiz Nunes de Oliveira, Silvio Burrattino Melhado, Adrián Pablo Fanjul,  
39 Gonzalo Vecina Neto, João Bosco Nunes Romeiro, Sedi Hirano, Nilson Dias  
40 Vieira Júnior, Neli Maria Paschoarelli Wada, Mayra Brito dos Santos Leite,  
41 Tatiane Cristina Ribeiro, Ivie Macedo Sousa, Ricardo Luiz Soares Costa, José  
42 Arana Varela, João Guilherme Sabino Ometto, Antenor Cerello Junior, José  
43 Luiz Borges Andreoli, Alexandre do Nascimento Souza, Dário Ferreira Sousa  
44 Neto e Leandro Amorim Rosa. Presente, também, o Prof. Dr. Rubens Beçak,  
45 Secretário Geral. Justificaram antecipadamente suas ausências, sendo  
46 substituídos por seus respectivos suplentes, os Conselheiros: Lisete Regina  
47 Gomes Arelaro, Giovanni Guido Cerri, Albérico Borges Ferreira da Silva, Artur  
48 de Jesus Motheo, José Carlos Maldonado, Elizabeth Höfling, Gustavo  
49 Rodovalho Boriolo, Roberto Rubem da Silva Brandão, Barbara Regina Bouças  
50 Pontes e Abram Szajman. Justificaram, ainda, suas ausências os Conselheiros:  
51 Osvaldo Novais de Oliveira Junior, Antonio Carlos Hernandez, Marcello  
52 Ferreira dos Santos, André Luis Orlandin, Fellipe Brigatto Moreira, Antonio  
53 Carlos Souza de Carvalho, Vinicius Moraes da Cunha, Sara Pini Faleiros,  
54 Patrícia Burgos de Oliveira Leite, Fábio de Salles Meirelles, Leandro Salvático  
55 Freitas da Silva e Júlio Arantes Azevedo. Havendo número legal de  
56 Conselheiros, o Magnífico Reitor declara aberta a sessão, lembrando que já foi  
57 realizado um Conselho temático tendo como discussão os temas sobre  
58 Estrutura do Poder na USP e Inclusão Social e Cotas. Informa que a sessão de  
59 hoje é uma retomada daquelas discussões e apresentações. Informa, também,  
60 que na primeira reunião regular do Conselho, esses dois temas já constarão da  
61 pauta. Ato seguinte, passa a palavra ao Secretário Geral para a condução das  
62 apresentações, lembrando que, segundo foi combinado, haverá no máximo três  
63 horas para a apresentação da Estrutura do Poder e no máximo uma hora para  
64 o tema Inclusão Social e Cotas. Explica que essa temática não significa  
65 detrimento a nenhum dos temas, mas simplesmente porque o primeiro tema já  
66 possuía um número maior de inscritos, podendo ser invertida ou modificada  
67 nas próximas reuniões. Esclarece que esses temas constarão da pauta da  
68 reunião regular do Conselho apenas para possibilitar algum encaminhamento

69 através de votação. **Prof. Dr. Rubens Beçak:** “A Secretaria Geral preparou a  
70 pauta que foi distribuída e o temário da reunião de hoje consta de Estrutura do  
71 Poder na USP, com previsão de até três horas de discussão, quando então  
72 passaremos ao segundo tema, sobre Inclusão Social/Cotas. Conforme as  
73 normas complementares que constaram no sítio da Secretaria Geral, abriu-se a  
74 palavra para apresentadores e para inscritos. A Secretaria Geral projetará dois  
75 apresentadores do primeiro tema, o Prof. Dr. Renato Janine Ribeiro, que fará  
76 uma síntese da reunião que relatou no Conselho temático de 9.11.2010 e  
77 apresentação de uma proposta. Em seguida, teremos a apresentação do Prof.  
78 Dr. Marcos Felipe Silva de Sá, que foi da Comissão de Reforma do Estatuto e  
79 virá, igualmente, com uma proposta. Cada um deles terá vinte minutos para  
80 sua apresentação. No tema Inclusão Social/Cotas temos dois apresentadores,  
81 a Pró-Reitora de Graduação, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Telma Maria Tenório Zorn e o  
82 Conselheiro Leandro Salvático Freitas da Silva. Os apresentadores terão 20  
83 minutos para expor.” **Prof. Dr. Renato Janine Ribeiro: (apresentação)** “Quero  
84 agradecer ao Magnífico Reitor por ter-me convidado, pois não pertencço mais a  
85 este Colegiado. Na verdade já estou aposentado, portanto posso fazer essa  
86 exposição estando fora da USP. Sou uma pessoa eternamente, doravante,  
87 inelegível para qualquer cargo na USP. É nesta condição que farei as  
88 propostas, começando por expor o que foi a discussão em 2011, quando fiz  
89 uma primeira apresentação do tema. A questão da mudança de escolha do  
90 Reitor é muito importante por algumas razões significativas. Em primeiro lugar,  
91 o colégio final de escolha no segundo turno é muito restrito. Ele até se compõe  
92 de um número grande em termos absolutos, superior a trezentas pessoas, mas  
93 representa pequena parcela da Universidade. Além do mais, pessoalmente,  
94 não simpatizo com o mecanismo da lista tríplice. Tentarei colocar propostas  
95 que tentem viabilizar estas questões. Acredito que todos já tenham um certo  
96 conhecimento delas, porque todas as propostas, inclusive o meu *Power Point*,  
97 foram disponibilizadas na pasta do Conselho - à qual não tive acesso, não  
98 sendo mais conselheiro, de forma que só agora pude olhar as propostas do  
99 Prof. Marcos Felipe e do Prof. Flávio Ulhoa. Mas o ponto crucial é que, sendo  
100 pequeno, o colégio eleitoral do segundo turno se sujeita a manipulações e  
101 pressões, uma vez que os quatro Conselhos estão ligados diretamente a Pró-  
102 Reitores e os Pró-Reitores têm poder – que, com frequência, se expressa no

103 fato que sejam candidatos, o que, aliás, me parece legítimo. É importante  
104 retirarmos esse controle tão próximo que a Reitoria tem sobre a sucessão. Foi  
105 por isso que insisti, quando representava a categoria dos Professores Titulares  
106 no Conselho, que o assunto fosse resolvido a uma longa distância das  
107 eleições. Agora, já corremos o risco de sermos contaminados pelos interesses  
108 de candidaturas. Mesmo assim será decisivo, se na gestão do Prof. João  
109 Grandino se conseguir modificar a forma de escolha. Há um problema de  
110 representatividade, dizia eu. O Reitor da USP será mais representativo se tiver  
111 uma votação maior. Afirma-se que os titulares têm um peso grande na escolha  
112 do Reitor; mas nem isso é verdade total, pois esta categoria, que hoje está  
113 representada pelo Prof. Dr. Luiz Nunes de Oliveira, devendo contar hoje com  
114 mais de mil membros, deve ter apenas um pouco mais do que cem que votam  
115 no segundo turno e que, além disso, só compõe uma lista tríplice, não elege o  
116 Reitor. Outro problema que temos é a arma nas mãos do Governador: a lista  
117 tríplice. O Governador pode tudo e pode nada. Quero dizer, ele não pode fazer  
118 uma intervenção de meio termo, de um terço de termo, de um quarto de termo:  
119 ou ele deixa de nomear o primeiro da lista ou ele referenda o primeiro da lista.  
120 Em todas as eleições a partir de 1997, o Reitor fez o seu sucessor, com  
121 exceção da vez quando o Governador interveio. Digo isso com todo o respeito  
122 a nosso Reitor. Aliás, esse próprio fato mostra a dificuldade que a Universidade  
123 tem de, ela própria, mudar de rumos. Com exceção dessa feita, todas as vezes  
124 o Reitor fez o seu sucessor. Ora, precisamos ter um sistema no qual, se a  
125 Universidade entender que deva mudar de rumos, não precise depender de  
126 uma autoridade de fora, coisa que, particularmente, não acho positiva. Em  
127 2010, insisti para que fosse alterada a forma de escolha do Reitor, e o Prof.  
128 Grandino pediu que expusesse o assunto, o que posteriormente fiz. Mas na  
129 ocasião não cheguei a formular uma proposta; propus mais propriamente o  
130 encaminhamento. Hoje, serei mais específico. O primeiro ponto que proponho  
131 é: substituição do atual colégio do segundo turno pelo do primeiro turno. Assim,  
132 se mantivermos os dois turnos, será com o mesmo colégio, que seria o do atual  
133 primeiro turno. Com isso passaríamos de menos de quatrocentos eleitores para  
134 perto de dois mil. Seria um salto grande. Além de envolver mais membros da  
135 Universidade na escolha, tornará difícil o controle das autoridades  
136 universitárias sobre o colégio. Esse colégio será composto por aqueles que têm

137 uma atuação viva na Universidade, isto é, o Conselho Universitário, os  
138 Conselhos Centrais e as Congregações. Claro que se pode pensar em outras  
139 formas de ampliação; eu já sugeri a inclusão dos Conselhos Departamentais e  
140 das Comissões Estatutárias, e continuo favorável a isso; mas o ponto de  
141 partida seria este. Aliás, como legalmente a única instância de mudança da  
142 forma de escolha do Reitor é este Conselho, é aqui que a questão deve ser  
143 discutida e votada. Isso significa que não será a melhor escolha para todos,  
144 mas, como se sabe, às vezes a melhor escolha é a que não é melhor para  
145 ninguém isoladamente, mas na qual o coletivo chega a um acordo. Segundo  
146 ponto: a candidatura precisaria ser proposta com apoiantes. Haveria alguma  
147 forma de limitar o número de candidatos. Na prática temos isso há bastante  
148 tempo. Como diz o Prof. Flávio, sabemos com antecedência quem são os oito  
149 candidatos. São oito candidatos porque são oito vagas, se elas fossem dez  
150 eles seriam dez. Precisamos ter uma trava, por razões que já exporei. Pode ser  
151 o apoio de 5% dos eleitores; cada eleitor só poderia lançar um nome. Mas seria  
152 obrigatório cada membro do colégio votar em dois ou três nomes, dentre os  
153 inscritos. Por quê? Para termos um resultado que constitua uma lista  
154 representativa. Vamos supor que, no esquema que estou propondo, se  
155 pudesse votar em qualquer nome de professor titular, qualquer elegível.  
156 Imaginemos um candidato, o professor X. Ele poderia combinar, com os  
157 eleitores de cada Unidade que o apoiam, que cada um votaria nele e em dois  
158 nomes da Unidade. O resultado seria uma alta votação para ele, pequena para  
159 os demais e, além disso, um sinal claro de quais Unidades o apoiaram mais e  
160 quais, menos. Ele poderia rastrear quais votaram, ou não, nele. Isso, temos  
161 que evitar. Mas o principal é formar uma lista representativa, composta de  
162 nomes que sejam votados de maneira significativa. Por isso, considero  
163 importante que acabe o voto seco. O voto seco é aquele que se dá num nome,  
164 apenas num. Mas, se cada eleitor tiver que votar em dois ou em três nomes  
165 dentre um rol de oito ou dez inscritos (por hipótese), os eleitores comporão  
166 uma lista final que terá mais votos do que tem hoje. Hoje, temos listas finais em  
167 que nenhum nome alcança a maioria absoluta dos eleitores. Será bom ter uma  
168 lista final em que um, dois, ou mesmo três nomes contem com o aval da  
169 maioria da Universidade. Isso é decisivo para que esses nomes apareçam  
170 como representando uma vontade. O ponto seguinte seria a questão da lista

171 tríplice. Há colegas que a defendem, por acreditar que é uma trava favorável à  
172 qualidade, há outros que se opõem a ela. Pessoalmente, não gosto dessa  
173 intervenção que é tudo ou nada. Mas sugiro um meio termo. A proposta é: se  
174 houver maioria absoluta, se a votação resultar em maioria absoluta de algum  
175 nome, esse nome é Reitor. O mais votado, aliás. Vamos lembrar que no  
176 esquema que estou sugerindo existe a possibilidade de três nomes terem mais  
177 votos que a maioria absoluta. Tendo por exemplo dez candidatos, se todo  
178 mundo votar em três nomes, pode ser que três nomes tenham maioria  
179 absoluta. O mais votado deles seria o Reitor. Em contrapartida, se nenhum  
180 nome tiver maioria absoluta, iria a lista tríplice ao Governador, uma lista tríplice  
181 com mais apoio, com mais significação do que o sistema atual permite. Todos  
182 sabem que já aconteceu em algumas Unidades pequenas de ser nomeado o  
183 Diretor tendo um ou dois votos, porque era o último da lista tríplice.  
184 Evidentemente, não queremos algo assim, queremos uma representação. Não  
185 digo que esta proposta seja perfeita. Ela corre o risco de emplacar candidatos  
186 medianos, que não incomodem a ninguém, que consigam apoio por serem um  
187 denominador comum bastante baixo. Mas mesmo assim ele tem suas  
188 vantagens. Não só os nomes serão mais representativos como, também, esse  
189 sistema instigará a Universidade a resolver o assunto internamente. Por  
190 exemplo, se três candidatos fizerem um acordo nesse esquema que estou  
191 propondo, nenhum deles terá interesse em trair o acordo. Sabemos que isso já  
192 aconteceu. Mas, se três pessoas disserem ‘peço aos meus eleitores para  
193 votarem em você’, nesse esquema nenhum tem interesse em trair o outro,  
194 porque se trair o acordo pensando em levar o voto dos outros, também há de  
195 perder votos e de deixar a decisão para o governador. Mas o principal é que,  
196 se houver maioria absoluta, o que é uma coisa que dependerá da Universidade  
197 e dos candidatos, não haverá lista tríplice. E, se não houver maioria absoluta, a  
198 formação da lista será facilitada, porque cada eleitor vota em dois ou mesmo  
199 três nomes. Os acordos entre candidatos são incentivados, a escolha fica  
200 despersonalizada. Se tivermos três candidatos que tenham um projeto parecido  
201 ou próximo e consigam ter votos em conjunto, então, não está mais o nome de  
202 fulano ou beltrano: está a candidatura. Finalmente, se houver a lista tríplice, ela  
203 será de nomes que foram bem votados. Isso também traz uma consequência  
204 diferente das outras propostas em pauta. Não haveria chapa, porque

205 justamente uma negociação que pode haver - e que é legítima – pode levar  
206 aqueles, que são candidatos e estão aliados, a sugerir que, depois de  
207 escolhido o Reitor, outro deles se prepare para a Vice-Reitoria. Mas essa é  
208 uma questão que pode ser definida depois. Esta é a proposta, senhores  
209 conselheiros. Como procedimento de votação, que é atribuição do Magnífico  
210 Reitor, sugiro que se coloque em votação, inicialmente, a questão do colégio  
211 que irá votar para Reitor. A primeira hipótese seria - e é a hipótese que eu  
212 sugiro, porque acho que é a que seria mais factível em um curto prazo – a  
213 decisão final no âmbito da Universidade caber ao atual colégio de primeiro  
214 turno. Segundo ponto, discutir se é para ampliá-lo - proposta do Prof. Marcos  
215 Felipe e do Prof. Benedito Maciel, com a qual concordo - com a inclusão dos  
216 Conselhos Departamentais e outras Comissões, ou não. Ou até ir mais longe  
217 que isso, se for esse o entendimento do Conselho. Depois, sugiro que se vote  
218 a proposta sobre o fim do voto seco junto com a regra de cada eleitor tendo  
219 que votar em mais de um nome e a da inscrição obrigatória dos candidatos;  
220 também se votaria, no momento devido, se se mantém ou não a lista tríplice. O  
221 problema da lista tríplice é que ela permite que uma única pessoa zere todo o  
222 sistema ou altere todo um sistema que ocorreu. É uma intervenção muito forte.  
223 Eu veria menos problemas na lista tríplice se ela fosse submetida a um  
224 coletivo. Se o Governador, por exemplo, formasse uma Comissão, mesmo 'ad  
225 hoc', que ouvisse os candidatos, que discutisse entre si, eu seria mais favorável  
226 a ela - porque o grande argumento a favor da lista tríplice é evitar que a  
227 Universidade se feche em si mesma. A Universidade é pública, ela pertence à  
228 sociedade paulista, de forma que é legítimo que alguém, no caso alguém que  
229 foi eleito livremente pela sociedade paulista, tenha voz na escolha. Há uma  
230 legitimidade democrática aí. Democracia é o poder do povo. O povo, no caso, é  
231 o paulista. Há, pois, uma legitimidade da lista tríplice, mas há também esse  
232 grande problema da interferência ser tudo ou nada, uma interferência muito  
233 poderosa para ser feita. Poderíamos cogitar outras maneiras de levar em  
234 conta, na escolha do Reitor, opiniões externas. Podemos incluir no colégio  
235 eleitoral outras pessoas ou grupos da sociedade. A questão, aqui, é de que  
236 maneira ou maneiras se pode ouvir a sociedade paulista dentro da USP. Daí, a  
237 proposta intermediária que formulei: se um candidato tiver a maioria absoluta,  
238 que será facilitada se todos deverem votar em três nomes, ele ganha. O turno

239 seria único e não haveria primeiro ou segundo turno, mas um único turno, que  
240 estabelece uma lista. Mas, com essa votação incentivada (em mais de um  
241 nome), ele geraria resultados mais elevados em termos de votos. E se nenhum  
242 tiver maioria na lista tríplice, a lista vai ao Governador. Seria uma solução.  
243 Finalmente, irei para alguns aspectos adicionais. Alguns não são pequenos,  
244 alguns são de bastante monta. Primeiro, a desincompatibilização dos  
245 candidatos. Seria positivo que num prazo razoável, digamos 45/60 dias antes  
246 da eleição, os candidatos se desincompatibilizassem, mesmo que não fosse  
247 por renúncia. Não estou pedindo que os Diretores de Unidade, os Pró-Reitores  
248 e o Vice-Reitor renunciem aos seus cargos se forem candidatos, estou  
249 sugerindo apenas que nesse prazo eles se licenciem do cargo, que não usem  
250 carro oficial, que não tenham acesso à administração, que não estejam na sua  
251 função habitual. Tenho toda confiança na lisura dos nossos colegas, mas acho  
252 que seria um aspecto positivo, até porque se olharmos as últimas eleições  
253 notaremos que todos os candidatos, inclusive o nosso colega ex-presidente da  
254 ADUSP, tinham algum apoio institucional atrás deles. Seria interessante se a  
255 pessoa não precisasse ter apoio institucional, fosse qual fosse esse apoio. O  
256 segundo ponto é a forma de indicação dos candidatos. Uma possibilidade é 5%  
257 dos eleitores subscreverem um nome, sendo que a mesma pessoa não poderia  
258 subscrever dois nomes. Há outras hipóteses, não sei se é a do Prof. Marcos  
259 Felipe ou a do Prof. Flávio, que fala em 20% das Congregações. Poderíamos,  
260 também, inverter as questões - uma proposta que já ouvi - e manter o colégio  
261 atual de segundo turno, mas trocando o papel. O Conselho Universitário e os  
262 Conselhos Centrais se reuniriam para indicar 8 ou 10 nomes e votariam nesses  
263 nomes, que seriam simplesmente aceitos como candidatos. Poderia ser  
264 interessante, porque daria uma certa solenidade à indicação dos candidatos.  
265 Em vez de se sair à busca de assinaturas individuais, manteríamos um papel  
266 para o atual colégio de segundo turno, mas o de indicar, não de escolher. Outro  
267 ponto são os debates. Essa é uma questão regulamentar, mas tem certa  
268 importância. Os debates atualmente são combinados candidato por candidato.  
269 Poderia haver uma Comissão que organizasse essa agenda e, ao organizá-la,  
270 essa Comissão poderia fazer um único debate no *campus* de São Carlos, por  
271 exemplo, e depois um debate separado com cada um deles no mesmo  
272 *campus*. Aqui no *campus* do Butantã poderíamos dividir as datas por áreas



273 físicas ou áreas do conhecimento, porque são muitas Unidades. Enfim, seria  
274 possível fazer uma coisa que garantisse e facilitasse a participação de todos,  
275 porque alguns terão mais dificuldades de se deslocar, uma agenda mais  
276 carregada e, com a desincompatibilização e uma agenda organizada, isso fica  
277 mais fácil para todos. Reduz-se a desigualdade entre os candidatos. Outra  
278 medida que considero importante, que a meu ver deveria ser obrigatória, seria  
279 uma sabatina. Haveria uma Comissão, talvez composta majoritariamente de  
280 membros externos à USP, pesquisadores de destaque escolhidos por algum  
281 critério e que poderiam até ficar, depois, proibidos de participar da  
282 administração futura - ou não, não sei - estou pensando em uma comissão de  
283 sábios, uma comissão de pessoas qualificadas, que fariam uma sabatina de  
284 todos os candidatos, transmitida pela rádio USP e depois transcrita na Internet  
285 e publicada no *Jornal da USP*, que colocasse questões duras aos postulantes.  
286 A Comissão teria que ser plural e poderia, depois, emitir um parecer sobre os  
287 candidatos, tanto pareceres da maioria quanto dos votos vencidos, divergentes.  
288 Os pareceres diriam o que acham os membros da comissão sobre os  
289 candidatos, mas ela não teria o poder de vetar nenhuma candidatura. Deixo  
290 muito claro isso: não é uma Comissão para vetar ou aprovar nomes, mas para  
291 garantir que algumas questões difíceis sejam postas a todos e que sejam  
292 respondidas de maneira pública. Isso melhoraria a qualidade do debate,  
293 melhora a qualidade da discussão interna que temos. A grande preocupação  
294 que tenho, politicamente, hoje no país e na Universidade é a qualidade do  
295 debate. Se conseguirmos melhorar isso, será muito bom. Finalmente, desejo  
296 mais uma vez, agradecer o convite do Magnífico Reitor para fazer esta  
297 apresentação, respeitando sempre a liberdade de expressão, divergência e  
298 outras que podemos, eventualmente, ter, mas sempre dentro com a  
299 preocupação de desatar alguns nós da Universidade. Acho que esse é um nó  
300 hoje e seria muito bom se contribuíssemos para desatá-lo. Agradeço a todos.  
301 Muito obrigado.” Palmas. **Cons. Marcos Felipe Silva de Sá: (apresentação)**  
302 “Agradeço a oportunidade de fazer essa apresentação. Na verdade fui  
303 indicado, uma vez que participei da Comissão indicada, na ocasião, pela  
304 Reitoria e aprovada por esse Conselho, que estudou a reforma do Estatuto nos  
305 anos da gestão da Prof.<sup>a</sup> Suely Vilela. Naquela ocasião, tivemos a  
306 oportunidade, através dessa Comissão, de recolher propostas e sugestões que

emanaram das diferentes Unidades da Universidade, consultadas por via eletrônica, as Comissões das Unidades, as Congregações, as Direções, Departamentos e, também, tivemos oportunidades, sob a presidência do Prof. Grandino, de visitarmos todos os *campi*. Tivemos audiência pública e, também, a oportunidade de debates específicos com algumas Unidades da USP. Essa foi uma experiência muito rica e aqui estão apresentados, rapidamente, alguns materiais da Secretaria Geral que mostram que todas as Unidades enviaram sugestões para a reforma do Estatuto. A Comissão, então, trabalhou com o apoio da Secretaria Geral. São dados referentes a essas sugestões que foram emanados das Unidades, dos órgãos representativos estudantis e outras. E a partir daí a Comissão organizou, em grupos, as sugestões que vieram das diferentes Unidades. O que irei apresentar, deixa bem claro que não se trata da opinião da Congregação da minha Faculdade, nem da Diretoria e nem de qualquer órgão, é uma opinião pessoal, do Prof. Maciel, nosso Diretor e minha, como representante da Congregação e, também, pelo fato de ter participado daquela Comissão do Co, na época da elaboração. Éramos em oito membros do Co, sob a presidência do Prof. Grandino - alguns já não estão mais presentes - e no retorno das informações das Unidades, nessas visitas realizadas e das discussões, quatro itens, praticamente, tomaram conta das pautas, que foi a estrutura do poder na USP, assunto que estamos tratando hoje aqui; a Carreira Docente, que foi, também, colocada em várias ocasiões por diferentes Unidades; a descentralização administrativa da Universidade, que não estava na pauta das discussões do princípio, que era o Plano de Carreira dos servidores técnicos e administrativos. A Comissão trabalhou com esses quatro grupos de sugestões, elas foram agrupadas e tomou-se a decisão de que o ponto que seria o mais discutido - esse que estamos tratando hoje - poderia ser um grande obstáculo para o desenvolvimento das discussões da reforma do Estatuto. Portanto, optou-se por colocar as outras três na pauta das discussões ao longo desses últimos anos e o assunto 'Estrutura do Poder' ficou para um segundo momento, considerando que ele realmente suscitaria muita discussão e, também, para andar com essa pauta, porque alguns defendiam que a reforma deveria ser completa. De qualquer forma, avançamos um pouco, porque o resultado da discussão do plano de carreira dos docentes foi esse plano de carreira de progressão horizontal recentemente realizado em sua

341 primeira edição. E os dados da época mostram que éramos, em dezembro de  
342 2008, 5.600 docentes, 1.400 Professores Associados, sendo que 75% deles  
343 tinham possibilidade de progressão, 3.020 Doutores e 1.201 entre Titulares e  
344 mestrados, mas que são um número muito pequeno hoje, praticamente 1.200  
345 Professores Titulares. E essa normativa nova para a carreira tem reflexos  
346 diretos na questão da Estrutura do Poder. Embora não seja uma decisão direta,  
347 porque permite aos professores associados, de certa forma, ter acesso aos  
348 cargos diretivos das Unidades e, por consequência, poderão participar deste  
349 próprio colegiado, uma vez eleitos, sem favor ou sem abdicação dos  
350 professores titulares na cadeia hierárquica, para outorgar aos associados a  
351 possibilidade de serem eleitos. Isso representa, pelos números daquela  
352 ocasião, que 46% dos docentes da Universidade poderiam ter acesso aos  
353 cargos diretivos dentro da USP. E, como já foi mencionado pelo Prof. Renato  
354 Janine, na verdade, os professores titulares têm uma parcela importante de  
355 representatividade, mas certamente não carregam nos ombros a  
356 responsabilidade única e exclusiva de tomar o acesso a esses cargos. Outro  
357 ponto que também já faz parte da questão da Estrutura do Poder e que já  
358 avançamos bastante foi a questão da descentralização administrativa, com a  
359 implantação de várias repartições da USP nos *campi* do interior, com a criação  
360 de departamentos de engenharia, jurídicos, enfim, várias decisões e portarias  
361 foram emanadas na gestão anterior, descentralizando uma série de  
362 deliberações no âmbito das Unidades. Finalmente, o plano de carreira dos  
363 servidores técnicos, que também tivemos e que foi um grande avanço, embora  
364 tivesse sido retardada a sua discussão por conta de outras razões que não  
365 cabe discutir aqui, mas o fato é que saiu o plano de carreira dos servidores.  
366 Creio que avançamos bastante na questão desta reforma estatutária e agora  
367 estamos tratando aqui da Estrutura do Poder. Gostaria de fazer algumas  
368 considerações antes de fazer a apresentação do porquê dessa nossa  
369 sugestão. A questão do mérito acadêmico e a experiência dos professores  
370 mais graduados, como é o caso dos professores titulares, sempre deve ser  
371 contemplado dentro da Universidade. Se a Universidade não reconhecer o  
372 mérito das pessoas com maior formação, com maior posição dentro da carreira  
373 universitária é um sinal de que a Universidade não estaria valorizando  
374 satisfatoriamente o seu corpo docente, o conhecimento e a experiência que

375 todos têm. A discussão sobre o acesso, sem os limites de vagas, de todos  
376 docentes associados ao cargo de professores titulares tem sido muito  
377 frequente neste colegiado. Assim, a decisão de se criar o plano de carreira  
378 horizontal veio, de certa forma, aliviar um pouco essa pressão sobre o acesso  
379 ao cargo de titular, criando espaços intermediários nos associados II e III assim  
380 como contribui para a diluição da estrutura de poder entre os professores  
381 titulares e associados. Assim, como já foi comentado aqui, a questão da  
382 escolha do Reitor não reside única e exclusivamente sobre os professores  
383 titulares presentes neste colegiado, porque se considerarmos o segundo turno  
384 do atual modelo da eleição, temos uma participação do Conselho Universitário,  
385 que possui 122 Conselheiros e os Conselhos Centrais, que são 42 Unidades  
386 com quatro representantes cada uma. Têm eles, portanto, 168 representantes,  
387 30% mais do que o próprio Conselho Universitário. E grande parte dos  
388 membros dos Conselhos Centrais não são professores titulares; são  
389 professores associados e doutores, que geralmente estão mais envolvidos nas  
390 atividades de graduação, da própria pós-graduação e outras. Portanto, há uma  
391 diluição já no modelo atual, porque durante vários debates ocorridos aqui, os  
392 professores titulares, foram responsabilizados e satanizados por todas as  
393 desgraças ocorridas dentro dessa Universidade, quando, na verdade, o nosso  
394 papel aqui, de certa forma, é extremamente importante. A Universidade ocupa  
395 a liderança de todas as Universidades da América Latina não por acaso. Outro  
396 ponto que precisa ser considerado diz respeito à baixa transparência nas  
397 eleições de representantes dos alunos e servidores técnicos e administrativos  
398 nos Colegiados, porque na Universidade, para todas as representações que  
399 envolvem o corpo docente são feitas eleições controladas pelos órgãos  
400 administrativos das unidades e da própria Universidade. Assim, uma vez que  
401 essas eleições envolvem a escolha de representantes que terão participação  
402 direta nas decisões, caberia à Universidade o controle das eleições dos  
403 representantes discentes e de servidores técnicos e administrativos em todos  
404 os Colegiados onde houvesse esta discussão. Mas, não estou me referindo às  
405 eleições para os Diretórios Acadêmicos, Centros Acadêmicos, DCE e outros,  
406 pois isso é uma questão que transcende essa questão de dentro do âmago da  
407 Universidade. Portanto, acho que a Universidade deveria ter o controle dessas  
408 eleições. Outro ponto é a baixa participação dos servidores técnicos e

409 administrativos nos Colegiados. Eles fazem parte da estrutura permanente do  
410 corpo de servidores da Universidade, ao lado do corpo docente. É o nosso  
411 entendimento que eles deveriam ter uma participação maior nessa escolha. A  
412 questão da reforma do Estatuto, que ampliou a possibilidade de acesso dos  
413 professores associados aos cargos diretivos também terá reflexos, certamente.  
414 Temos duas propostas: a primeira, sobre a qual gostaria de fazer algumas  
415 considerações, partindo de algumas premissas. Na fala do Prof. Janine deixou  
416 duas possibilidades da participação ou não do Governador do Estado na  
417 escolha. Entendemos que é extremamente importante, porque o Governador  
418 foi eleito pelo voto da população, é representante legítimo da população do  
419 Estado de São Paulo e deveria, portanto, opinar sobre essa escolha. Até  
420 porque, de certa forma, é preciso que haja uma relação entre esta  
421 Universidade e o povo de São Paulo, e essa relação se faz através do Governo  
422 do Estado, que é eleito pelo povo. Nós não somos eleitos pelo povo, somos  
423 escolhidos mediante concursos e por mérito acadêmico e, portanto, muito  
424 distante daquilo de uma escolha que poderia traduzir a opinião do povo de São  
425 Paulo. Portanto, o Governador faria este papel de intermediário. Portanto  
426 somos favoráveis que a decisão final recaia sobre o Governador do Estado.  
427 Também relevante seria a escolha entre os professores titulares, cujo papel fiz  
428 questão de ressaltar, pela experiência e maturidade que adquire ao longo do  
429 tempo, ao passar por diversos concursos e, também, pelas Comissões. Na  
430 Universidade, à medida que o docente progride na carreira, passa por várias  
431 Comissões, Conselhos Departamentais, Congregação e isto é um aprendizado,  
432 porque os docentes que entram hoje na Universidade não têm absolutamente  
433 nenhuma noção do que acontece dentro da estrutura administrativa da USP  
434 que, de certa forma, é centralizada ainda, apesar de termos avançado bastante  
435 nos últimos tempos. Mesmo com estas ressalvas há muita coisa na proposta  
436 número um que vai ao encontro da apresentação do Prof. Renato. Deverá  
437 haver inscrições de candidatos. As pessoas precisam se apresentar como tal.  
438 A pessoa é candidata ou não, e se colocar à disposição para os debates. Serão  
439 chapas de candidatos, reitor e vice. É a oportunidade que se tem de escolher  
440 melhor os candidatos com propostas muito mais concretas. Essa primeira  
441 proposta propõe dois turnos. No primeiro turno poderiam ser escolhidos oito  
442 chapas, mas isto é só uma questão de números. Poderiam ser dez ou menos.

443 Acho que poderíamos reduzir esse número para seis, mas o importante é que o  
444 número de chapas deveria ser livre, porque as oportunidades para os debates  
445 são interessantes. O colégio eleitoral do primeiro turno seria da Assembleia  
446 Universitária composta pelo Conselho Universitário, pelos Conselhos Centrais,  
447 pelas Congregações, Conselhos de Departamentos das Unidades e pelos  
448 Conselhos Deliberativos, no caso dos Museus e dos Institutos Especializados.  
449 Todos poderão ver que a participação fica muito ampla, se torna um processo  
450 extremamente participativo. E, no segundo turno, as três chapas mais votadas  
451 seriam escolhidas, também, pelo mesmo Colegiado que, como dissemos, é  
452 bastante amplo para essa escolha. No segundo turno, elas deverão ser eleitas  
453 no modelo atual isto é, pela maioria absoluta de votos. Se em dois escrutínios  
454 a maioria absoluta não for atingida, far-se-á uma terceira votação, incluindo-se  
455 na lista as chapas que receberem maior número de votos. Há, também,  
456 detalhes na questão de empate, que é uma possibilidade mais remota, mas ela  
457 existe. Estamos propondo que essas votações sejam feitas por via eletrônica, o  
458 que é perfeitamente possível. O Prof. Maciel já introduziu a votação eletrônica  
459 na nossa Faculdade e há dois anos fazemos esse sistema de votação,  
460 absolutamente seguro. O professor que estiver na França, na China ou em São  
461 Paulo pode votar para representante de categoria sem nenhum problema. Com  
462 isso aumenta-se a possibilidade de participação e cada eleitor, no primeiro e  
463 segundo turno, terá direito a apenas um voto, devendo seu voto conter, no  
464 máximo, três nomes. Quanto à questão de número de nomes em cada lista  
465 cabe uma discussão, considerando aquilo que o Prof. Renato expos sobre o  
466 voto seco. Entendo que isso não deixa de ser um processo político, embora  
467 estejamos tratando com pessoas de alto nível, mas trata-se de uma questão  
468 absolutamente política que passa pelo mérito. De forma que os ajustes, os  
469 acertos, as composições, são esperadas, e não acredito que sejamos 122  
470 anos nessa sala. Há uma tendência da maioria para se compor. Isso faz parte  
471 do processo político e não vejo como uma coisa ruim, nefasta. A proposta 2 é  
472 diferente, o colégio eleitoral é, basicamente, o mesmo e o mesmo sistema de  
473 inscrição de chapa. A diferença é que só teríamos um único turno. As três  
474 chapas mais votadas seriam, então, submetidas à escolha do Governador.  
475 Outra modificação que gostaria de apresentar é que, também, as eleições de  
476 representantes das categorias docentes, discentes, de servidores técnicos e

477 administrativos, em todos os colegiados institucionais, devam ser organizadas  
478 pela Secretaria Geral - no caso desse colegiado - ou pelas assistências  
479 acadêmicas, nas respectivas Unidades. Porque com relação às eleições de  
480 alunos como representantes, ninguém sabe ao certo. Tivemos eleições em que  
481 o número de eleitores de representação de servidores ou de alunos não  
482 chegou a 10% do colégio eleitoral votante. Cabe uma discussão se realmente  
483 as pessoas que estão aqui sentadas, efetivamente, representam os seus pares  
484 nesse Colegiado. Além do que, temos tido, nessas últimas eleições, notícias de  
485 eleições com pouca lisura e nesta nova etapa entendemos que essa caixa  
486 preta precisa ser aberta. Nas eleições para o Conselho Universitário todos  
487 terão direito a voto, como definido pelo Regimento, nas Congregações e nas  
488 Unidades. Na composição do Conselho Departamental, os servidores hoje não  
489 estão representados, mas eles deveriam ter um representante eleito pelos seus  
490 pares. Funcionários de um departamento votam no seu representante e não  
491 uma eleição feita no âmbito geral da Unidade ou coisa parecida. O eleito tem  
492 que representar os servidores daquele departamento naquele conselho. Se  
493 cada Conselho tiver um representante de servidor não docente, aumentaria  
494 muito sua representatividade no colégio eleitoral, até um limite equivalente a  
495 5% dos membros docentes. Qualquer eleitor que estiver de férias, por exemplo,  
496 não teria problema e não seriam privados, de votar por conta da disponibilidade  
497 do voto a distância. Vou dar um exemplo. Na minha Unidade, a Congregação  
498 possui hoje 100 membros e em um colégio eleitoral desse tipo para a escolha  
499 do Reitor, passaríamos a 229 eleitores. Teríamos um aumento de 129%. Se  
500 considerarem que na nossa Faculdade somos 340 docentes, 58% deles terão  
501 direito a voto para Reitor. É bastante representativo isso. E os servidores que  
502 hoje são apenas três que votam na Congregação, passariam a 17. O sistema  
503 eletrônico de voto é utilizado na nossa Faculdade e o Prof. Maciel poderia,  
504 eventualmente, dar mais detalhes sobre ele. É um sistema gratuito,  
505 desenvolvido pela Universidade de Harvard, mas é evidente que a  
506 Universidade de São Paulo tem condições de desenvolver o seu próprio  
507 modelo que é muito seguro. E, no caso de eleição dos Diretores, eles também  
508 teriam que se apresentar em chapa. Seriam escolhidos o Diretor e o Vice pelo  
509 Reitor, em lista tríplice, composta de candidatos professores titulares e  
510 professores associados. No caso de não dispor dos titulares e de associados 3,

511 seriam incorporados como candidatos os associados 2 e associados 1, com  
512 inscrição prévia. E a lista tríplice deverá ser do mesmo modelo como tem sido  
513 feita nos dias de hoje. E o voto por via eletrônica, incluindo a possibilidade por  
514 via *internet*, como já dissemos. Esse é o ponto extremamente importante,  
515 porque barateia muito o custo de uma eleição na Universidade, que é muito  
516 alto, mas que pode ser feita a distância. Eram essas as propostas. Muito  
517 obrigado.” Palmas. O **Senhor Secretário Geral** solicita aos conselheiros que  
518 respeitem o tempo estabelecido de cinco minutos para exposição, tendo em  
519 vista o aumento do número de inscritos e o segundo tema a ser debatido nesta  
520 sessão. **M. Reitor:** "Sem prejuízo do que o Secretário Geral falou e para  
521 possibilitar que todos os inscritos falem, caso o tempo não seja suficiente nesta  
522 sessão e ainda haja inscritos, poderemos marcar a continuação dessa reunião,  
523 ainda sobre o módulo temático, para o primeiro mês do segundo semestre. E  
524 somente após essa, teremos uma sessão ordinária." **Cons. Alexandre Pariol**  
525 **Filho:** "Esclareço, tendo em vista a fala do conselheiro que me antecedeu, que  
526 as eleições dos servidores técnicos e administrativos, em todos os seus  
527 colegiados e, no caso do Conselho Universitário, é organizada pela Secretaria  
528 Geral. A nossa representação aqui não é pouco transparente, ao contrário, e  
529 leva as discussões diretamente ao conjunto dos funcionários, portanto, ela é  
530 bastante representativa. Duvido ter aqui representação a exemplo desta. Por  
531 exemplo, com relação à eleição da companheira Neli, houve mais de 3 mil  
532 votantes em um universo de 15 mil pessoas. E isso passa por todos os outros  
533 membros. No meu caso, sou representante na Congregação da Faculdade de  
534 Direito e a eleição foi organizada pela Assistente Acadêmica da Unidade, assim  
535 como é feito com qualquer membro da representação dos servidores, mas isso  
536 não quer dizer que não posso fazer voz à representação dos companheiros  
537 estudantes da nossa casa. Porque enquanto observadores de todas as  
538 eleições, vemos um grande número de comparecimento. Portanto, estamos no  
539 Co com muita representação nesta Universidade. Gostaria de dizer, também,  
540 que nesta estrutura do poder é mais ou menos este o nível de discussões que  
541 temos na nossa Universidade. E gostaríamos de dizer que uma coisa é  
542 concreta, a participação desses dois segmentos no processo de escolha e de  
543 poder na USP é ínfimo. Somos em 16 mil servidores nesta Universidade e  
544 temos apenas três representantes no Conselho Universitário, ou seja, a



545 Universidade não cumpre sequer o que está previsto na LDB, que diz que os  
546 conselhos deliberativos deverão ter a representação de 70% de professores,  
547 15% de funcionários e 15% de estudantes ou das demais categorias. É  
548 histórico o processo de discussão de algumas propostas da nossa  
549 Universidade, entre elas a eleição direta para reitor. Entendemos que os três  
550 segmentos têm que ter voto e vez no processo de escolha do Reitor e de todos  
551 os diretores de Unidades, assim como de suas chefias departamentais.  
552 Gostaria de dizer, também, que a nossa posição é amplamente favorável à  
553 eleição de uma estatuinte, para que possamos modificar esse Estatuto  
554 retrógrado que temos na USP, assim como temos que, de uma vez por todas,  
555 enterrar o Decreto 52.906/1972, um dos poucos movimentos que ainda resta  
556 do entulho autoritário da ditadura militar, que regulamenta o processo  
557 disciplinar na Universidade. Não podemos, de forma alguma, aceitar que  
558 estudantes, funcionários e professores ainda sofram esse entulho autoritário.  
559 Para se ter uma ideia, há pouco oito estudantes foram eliminados da  
560 Universidade. Não entendo, na legislação penal, nenhuma outra punição tão  
561 rigorosa quanto a punição que esses estudantes sofrem, porque não existe, no  
562 Código Penal Brasileiro, nenhuma outra punição além de 30 anos. Qualquer  
563 outro cidadão que cumpra sua punição por 30 anos pode assumir  
564 tranquilamente a sua posição no seio da sociedade. E um estudante, ao  
565 contrário, quando ele é banido da Universidade, nunca mais poderá voltar a  
566 ela, tampouco como funcionário. É difícil falar as várias reivindicações dos  
567 trabalhadores em cinco minutos. Era isso que queríamos dizer: estatuinte  
568 imediatamente e soberana, e eleições diretas em todos os níveis, na  
569 Universidade, inclusive, rebatendo o conselheiro que me antecedeu, com  
570 relação à nossa posição no Co." **Cons. Alejandro Szanto de Toledo**: "Não  
571 lembro-me de ter percebido antes silêncio como o que houve quando das  
572 apresentações anteriores, dado a importância que esse ocupa na vida da  
573 nossa comunidade. Fiquei, realmente, impressionado. Gostaria de parabenizar  
574 o nosso Reitor, e também a Professora Suely Vilela por ter colocado este tema  
575 em debate, junto com os outros de reforma de Estatuto, que são tão  
576 importantes. Isso requer muita vontade política de definir a trajetória da  
577 Universidade. E a existência e a recorrência deste tema mostra que houve,  
578 realmente, uma vontade política de traçar uma trajetória para nossa

579 Universidade. Foi o caso da carreira docente, a carreira dos servidores técnicos  
580 e administrativos e agora, o poder. Realmente, parabéns. Gostaria de relatar o  
581 resultado de duas reuniões da Congregação do Instituto de Física sobre este  
582 tema. De forma que não estou falando em nome próprio, mas em nome da  
583 Congregação do IF, que em 2009 e 2010, se reuniu e elaborou propostas e vou  
584 pinçar os temas pertinentes ao assunto de hoje. Dos quatro temas sugeridos  
585 pela Mesa, vou elencar algumas sugestões do IF. O primeiro, sobre a  
586 constituição do Conselho Universitário, Conselhos Centrais, Congregação e  
587 Conselhos de Departamentos, gostaria de fazer duas sugestões. A primeira, no  
588 IF e em muitos outros Institutos, os titulares são membros natos, não  
589 necessariamente há uma fração acordada de titulares que fazem parte da  
590 Congregação. Mas apesar de serem membros natos por causa da  
591 Congregação, muitas não aparecem. Então, gostaria de propor que a ausência  
592 em três reuniões consecutivas ou cinco alternadas no ano, que tivesse uma  
593 geladeira, ou seja, se as pessoas querem participar, não participam e nem se  
594 justificam. Outro ponto que o IF gostaria de propor é, nos Conselhos de  
595 departamentos, a participação eleita de um funcionário. No momento não  
596 temos funcionários no Conselho Departamental e a relação funcionário não  
597 docente e departamento é muito estreita. Então, seria interessante que por  
598 intermédio do Regimento, um funcionário pudesse fazer parte do Conselho  
599 Departamental. Isso vai ter consequências, também, no Colégio Eleitoral. Com  
600 relação à eleição do Reitor, obviamente muitas sugestões foram colocadas e o  
601 IF apóia algumas delas. Primeiro turno - composição do colégio eleitoral:  
602 Conselho Universitário, Conselhos Centrais, Congregações e Conselhos  
603 Departamentais. Ou seja, todos os membros eleitos poderiam votar, teriam  
604 uma representatividade por eleição e poderiam votar para Reitor. Esse seria o  
605 colégio eleitoral. Um primeiro turno se esgotaria caso houvesse maioria  
606 absoluta e haveria uma lista tríplice. Não havendo maioria absoluta, haveria um  
607 segundo turno com o mesmo colegiado do primeiro turno e fariam a escolha de  
608 uma lista tríplice entre os três ou cinco mais votados do primeiro turno. Esse  
609 segundo turno serviria, simplesmente, para dar uma governabilidade, porque  
610 se tivermos um único turno, pode ser que o eleito pode ter 15% / 20%, ou seja,  
611 um Reitor eleito com 20% pode ter dificuldades de governabilidade, mas com o  
612 segundo turno, teria no mínimo 33% votos. Isso dá uma governabilidade muito

613 melhor, uma vez que haveria um compromisso maior da comunidade junto ao  
614 eleito. Esta seria a proposta do IF no que diz respeito à eleição de Reitor. Com  
615 relação ao tema eleições de diretor e vice-diretor, o IF entende que a nova  
616 carreira docente já abriu o leque e é satisfatória a forma como isso se deu. O  
617 último assunto, não debatido abertamente, mas é uma questão em aberto,  
618 sobre duração de mandatos, apenas uma reflexão. Temos vários tipos de  
619 mandatos, vários níveis e não há uma isonomia, simplesmente uma reflexão.  
620 Chefe de Departamento pode ter uma recondução, com dois anos de mandato.  
621 Presidente de Comissão Central, mandato de três anos, com recondução." **M.**  
622 **Reitor:** "Como disse anteriormente, trata-se de um Co temático, queremos  
623 discutir, todavia, se o tempo encerrar, faremos uma outra reunião em agosto  
624 para continuar, de forma que fica a critério do bom senso de cada um." **Cons.**  
625 **Alejandro Szanto de Toledo:** "Perfeitamente. De qualquer forma já conclui a  
626 apresentação da proposta do Instituto de Física." **Cons. Luiz Nunes de**  
627 **Oliveira: (apresentação)** "O que vou falar tem pouco de ideia minha. De fato,  
628 boa parte é baseado em uma versão anterior da proposta do Prof. Renato  
629 Janine Ribeiro e de conversas que tive com outros titulares que represento. O  
630 que gostaria de explorar não é propriamente uma proposta, mas o método que  
631 podemos usar para decidir essa questão e criar um procedimento que pode ser  
632 usado para resolver outras questões que aparecem com frequência neste  
633 Conselho. Vou começar com razões que temos para não mudar o sistema de  
634 eleição. O primeiro risco eu vou descartar porque neste ponto é ainda mais  
635 arriscado não tomarmos uma decisão. Passarei para o segundo risco. O  
636 sistema de decisão é ruim. E é esse ponto que gostaria de trabalhar. Vejamos  
637 como ele é ruim: temos medo de tomar decisões por causa de tudo o que elas  
638 envolvem. Estamos acostumados a ver discussões improdutivas, porque cada  
639 manifestante fala o que pensa e as conversas frequentemente convergem para  
640 nenhuma direção. A principal preocupação é que, no fim, teremos que votar  
641 apertando um botão que só oferece duas opções - sim ou não; não podemos  
642 abrir um leque de opções. O resultado disso é que recebemos um prato feito de  
643 que, frequentemente, não gostamos. Preferiríamos ter um menu à nossa  
644 frente. Vejamos, pois, a alternativa que temos. O que vou expor é baseado no  
645 que o Prof. Janine propôs já há algum tempo. É um procedimento alternativo  
646 que nos conduz a um consenso, na medida do possível. Chamo o processo de

647 “decisões sucessivas”. Por exemplo, temos de decidir várias questões, no que  
648 diz respeito à escolha do Reitor. A primeira questão é quem escolhe, conforme  
649 o Prof. Janine já mencionou. Para começar, temos o sistema atual e podemos  
650 votar se queremos mantê-lo ou se queremos ampliar o colégio eleitoral. Uma  
651 primeira alternativa é deixar a escolha a cargo da Assembleia Universitária, o  
652 colégio eleitoral do atual primeiro turno. Se essa proposta for aprovada, iremos  
653 em frente, considerando agora a possibilidade de ampliarmos ainda mais o  
654 colégio: incluir, além das congregações, os CD’s, mais ou menos no modelo  
655 que o Prof. Marcos Felipe apresentou. Votamos para decidir se mantemos a  
656 Assembleia Universitária ou ampliamos o colégio. Se ampliarmos, ainda  
657 teremos uma terceira possibilidade: ampliar ainda mais até chegar à eleição  
658 direta. Com isso, temos uma progressão gradativa, em que cada um pode votar  
659 de acordo com sua preferência. Nem todos ficarão satisfeitos com o resultado,  
660 mas, pelo menos, todos terão tido oportunidade para votar de acordo com seu  
661 pensamento. Em certo momento chegaremos num ponto em que iremos na  
662 horizontal, isto é, decidiremos manter, em lugar de ampliar. A partir desse  
663 ponto, já definido quem escolhe, precisaremos resolver como se escolhe.  
664 Digamos que temos parado na Assembleia Universitária. Temos agora de  
665 escolher os detalhes de que o Prof. Janine já tratou. Em particular, temos de  
666 decidir se vamos ter ou não uma comissão eleitoral. Esse é um ponto que me  
667 parece muito importante, até porque alguns dos meus representados  
668 chamaram-me a atenção para ele. É importante termos uma comissão que  
669 trate da eleição além dos seus aspectos formais. Que possa, por exemplo,  
670 possa convidar candidatos -- pois existem professores que poderiam ser  
671 excelentes reitores e que não se animam a participar do processo apenas  
672 porque não estão dispostos a entrar em uma campanha complicada,  
673 desgastante e que pode resultar em nada. Convidado por uma comissão  
674 eleitoral, qualquer um desses candidatos em potencial pode animar-se a  
675 concorrer. E essa comissão poderá organizar os debates, discutir outras  
676 questões de caráter mais amplo e, claro, estabelecer as regras para a eleição  
677 propriamente dita. Dado esse quadro, podemos decidir se queremos ou não  
678 dar poderes a uma comissão eleitoral, sempre seguindo o procedimento das  
679 decisões sucessivas. Para concluir, quero enfatizar que estamos frente a  
680 decisões que não só são importantes e urgentes como poderão definir um

681 procedimento que o Conselho adotará para tomar outras decisões." **Cons.**  
682 **Leandro Salvático Freitas da Silva**: "Boa tarde a todos presentes neste Co  
683 temático, tão importante, em que fomos convocados para discutir a estrutura de  
684 poder e, na sequência, sobre as cotas raciais. Ambas discussões continuarão  
685 futuramente e isso é muito bom para crescermos, enquanto Universidade e  
686 enquanto pessoas melhores, que refletem acerca do sistema em que estamos  
687 inseridos. Parabenizo o Cons. Luiz Nunes, que fez uma ótima apresentação,  
688 tanto da parte da decisão quanto dos modelos que podemos vir a adotar. Até  
689 agora ninguém apresentou um modelo mais conservador, até porque, ser mais  
690 conservador do que a USP é atualmente acredito ser impossível. Penso que  
691 não daremos um passo para trás e essa tendência é muito boa. Para  
692 continuarmos avançando, temos que partir do pressuposto de que somos  
693 apenas mais uns, ninguém aqui é dono da verdade, excepcional, todos nós  
694 dentro da Universidade temos pensamento crítico mais ou menos  
695 desenvolvido, mas temos. E temos que fazer uso dele. Então, a ampliação do  
696 debate de ambas as pautas é extremamente importante. Achar que um grupo  
697 de cem pessoas tem o poder de sair deliberando como vai ser tudo na  
698 Universidade é querer demais. Acho que o caminho não é esse. A proposta de  
699 ampliação do debate é extremamente razoável, tem que ser ampliado nas  
700 Unidades e principalmente na sociedade, pois quem nos banca é o contribuinte  
701 e ele não está presente aqui. No universo de 47 milhões de contribuintes no  
702 Estado de São Paulo,- se estendermos isso no país inteiro - já que somos a  
703 maior Universidade pública do país - daria quase 200 milhões. Então, temos  
704 que ampliar esse debate para a sociedade. Esta alteração do Estatuto deve ser  
705 feita da forma mais ampla possível, não dá para sair ouvindo o mundo inteiro,  
706 mas é possível avançarmos muito mais do que em uma discussão fechada  
707 dentro dessa sala. No melhor dos mundos, o ideal é que criemos uma  
708 estatuinte paritária, professores, trabalhadores e estudantes trabalhando juntos  
709 em prol da construção de um novo Estatuto para a Universidade de São Paulo,  
710 que é algo que precisa ser feito. Com relação às eleições, caminha nesse  
711 mesmo sentido, temos que ampliá-las, porque observando o modelo atual,  
712 onde o segundo turno contempla apenas essas pessoas, remetem-me às  
713 minhas leituras acerca do século XIX, estamos ainda no feudalismo, onde só  
714 quem era alfabetizado poderia votar. Então, criou-se uma lei onde não davam

715 acesso ao ensino. Essa era a metodologia da república velha, não davam  
716 acesso ao ensino e só quem tinha estudo podia votar. E acontece a mesma  
717 coisa, no segundo turno das eleições atuais, 120 pessoas votam para escolher  
718 um representante de 80 mil. Isso é, no mínimo, injusto e se pararmos para  
719 analisar, não tem o menor sentido. Como lutamos pelas diretas no Brasil, por  
720 que não diretas na Universidade? Todos nós temos capacidade e  
721 discernimento para fazer essa votação, a proposição e para dar a contribuição,  
722 seja na forma de uma pesquisa, na forma de uma interação social que vai  
723 ampliar a cultura de ambos os indivíduos, ou seja, em uma simples escolha  
724 entre um programa e outro que vai gerir a nossa Universidade. Acho que esse  
725 Co temático importante, mas vejo-o como o primeiro passo, já que em 2010  
726 teve um, mas parou. Mas esse aqui não deve parar, deve ser o primeiro passo  
727 para um salto e esse salto só será dado com participação ampla da  
728 Universidade e da sociedade, de modo que isso se torne, realmente, um  
729 debate na Universidade, porque um debate no Co não é um debate na  
730 sociedade. Vamos ampliar isso e vamos, juntos, construir uma Universidade  
731 melhor, pois temos plenas condições e tenho absoluta certeza que estamos  
732 desejosos disso." **Cons. Flávio Ulhoa Coelho: (apresentação)** "Pedi que  
733 distribuíssem minha proposta e vou apenas fazer um apanhado dos pontos  
734 principais, mas fico à disposição para conversarmos, eventualmente, para  
735 discutir pontos para avançarmos na proposta. O primeiro ponto, quem  
736 participou das discussões no passado perceberá que não há novidades nas  
737 coisas que já foram propostas. Não há nada que já não tenha sido falado em  
738 outro momento. Tentei fazer uma compilação de pontos e princípios, para que  
739 pudéssemos ter maior facilidade de discussão. E no final faço uma pequena  
740 proposta de encaminhamento, porque é importante termos um horizonte pela  
741 frente para podermos avançar. São duas propostas, uma para reitor e vice-  
742 reitor, e outra para diretor e vice-diretor. Os princípios, que acho importante na  
743 eleição desses dois níveis de dirigentes. Primeiro que é um colégio eleitoral  
744 único. Não vejo sentido ter uma assembleia universitária no primeiro turno e  
745 depois um colégio eleitoral mais restrito. Acho que o colégio eleitoral deve ser  
746 único. Pode ser dois turnos, proponho um turno só, mas não vejo grandes  
747 dificuldades se fizermos em dois turnos, mas sempre com o mesmo colégio  
748 eleitoral. O segundo ponto é o fortalecimento das Unidades. Na medida em que

749 fizemos uma assembleia universitária que inclui as congregações. E quando  
750 falo Unidade, estou falando num sentido amplo, incluindo Museus e Institutos  
751 Especializados. Incluiria, então, as Congregações, os Conselhos Deliberativos  
752 dos Museus e dos Institutos Especializados. Isso fortalece as Unidades, dá um  
753 peso maior ao processo, porque, por exemplo, todos os chefes de  
754 departamento estariam incluídos nessa história, então todos os departamentos  
755 estariam representados. Com relação aos dois pontos que aparece,  
756 particularmente gosto de inscrição de candidaturas, mas não descarto a  
757 indicação, eventualmente, de docentes que gostariam de indicar alguém, mas  
758 tem que ser um grupo significativo. No final da proposta coloco um número que  
759 posteriormente podemos discutir se, talvez, fosse um número maior ou menor.  
760 E, para mim, é importante ter chapas, porque é algo que ajuda bastante na  
761 administração. De forma que a proposta concreta é o colégio eleitoral na  
762 assembleia universitária - o Co, Conselhos Centrais, Congregações, Conselhos  
763 Deliberativos de Museus e Institutos Especializados. Já escutei em algumas  
764 propostas que me antecederam, a inclusão dos Conselhos Departamentais e  
765 não vejo nenhum problema em incluí-los. Peguei o modelo do que existe  
766 atualmente, mas, eventualmente, isso pode ser ampliado um pouco, mas a  
767 filosofia é essa. A filosofia de se incluir as Unidades de alguma maneira.  
768 Temos, também, a inscrição com 40 dias de antecedência, que é só um  
769 parâmetro inicial. Votação entre chapas e a votação de uma lista tríplice em  
770 turno único é minha proposta, mas, se eventualmente, houver necessidade de  
771 um segundo turno para facilitar, tudo bem, mas o mesmo colégio eleitoral. A  
772 eleição para diretor e vice-diretor tem os princípios iguais. A novidade é que,  
773 para fortalecer as Unidades, acredito que a escolha tinha que terminar nas  
774 Unidades. O colégio eleitoral seria a congregação mais os conselhos  
775 departamentais, indicação e inscrição de chapas, a votação em uma única  
776 chapa e, pela proximidade das pessoas, fica fácil fazer um segundo turno no  
777 mesmo dia, sendo de manhã o primeiro turno e, eventualmente, se precisar  
778 fazer um segundo turno dos mais votados, conseguiríamos fazer no mesmo  
779 dia. Mas o ponto principal é que tudo termina na Unidade. Tenho uma proposta  
780 de encaminhamento, para que nesse ano ainda se consiga um avanço  
781 significativo, mas isso, também, poderá ser alterado, mas a filosofia é que até  
782 novembro consigamos avançar nessa questão." **Cons.<sup>a</sup> Ana Lúcia Duarte**

783 **Lanna**: "Apresentarei algumas posições da Congregação da Faculdade de  
784 Arquitetura e Urbanismo. A FAU vem discutindo há algum tempo questões  
785 relativas a Estrutura de Poder na USP. As posições consensuadas referem-se,  
786 primeiro à manutenção da estrutura colegiada como base de organização da  
787 USP. A compreensão que os cargos de dirigentes na USP são posições de  
788 gestão e não apenas cargos administrativos, ou seja, demandam um claro  
789 conhecimento da instituição, a construção de uma trajetória na USP e a  
790 responsabilidade na elaboração de diretrizes e políticas acadêmicas para a  
791 USP. Nesse sentido, o Reitor, Vice Reitor; Diretor, Vice-Diretor e demais  
792 cargos devem ser ocupados por docentes da Universidade de São Paulo.  
793 Também acreditamos na necessidade da Manutenção dos atuais mandatos de  
794 04 anos para Reitor e Vice- Reitor; Diretor e Vice-Diretor. E, da mesma  
795 maneira, haver um equilíbrio entre os mandatos, na medida em que eles são  
796 díspares atualmente, o que significa que para pró-reitores, presidentes de  
797 comissão, chefes de departamento e demais cargos haveria um mandato de 2  
798 anos permitida uma recondução. Propomos, a partir dessa perspectiva e  
799 dessas diretrizes, algumas alterações nas maneiras pelas quais os nossos  
800 dirigentes são escolhidos. Acreditamos que Reitor e Vice-Reitor devem ser  
801 eleições em um único turno. Acreditamos na necessidade da manutenção da  
802 lista tríplice, porque nos parece que ela é uma questão da Constituição do  
803 Estado de São Paulo, consta da Constituição que a Universidade deve  
804 encaminhar uma lista tríplice, portanto foge da nossa alçada, da mudança do  
805 nosso Regimento. É nessa perspectiva que defendemos ou constatamos a  
806 manutenção da lista tríplice para reitor. Essa lista deve ser elaborada a partir  
807 do resultado de uma eleição em um único turno e integrada pelos três  
808 candidatos mais votados, independente da necessidade de obtenção de  
809 maioria absoluta. Os eleitores serão aqueles que integram hoje o primeiro  
810 turno, podendo ser ampliado para os representantes de conselho de  
811 departamento e, eventualmente, das comissões estatutárias integrantes das  
812 Unidades- não os dos Conselhos Centrais, mas das comissões das Unidades.  
813 Esta proposta mantém uma equidade entre as unidades ao garantir votos  
814 equivalentes originários do Co e Conselhos Centrais e reconhece uma  
815 distinção, real no âmbito da USP, ao considerar os votos das congregações e  
816 conselhos deliberativos. Também, propomos que Reitor e Vice-Reitor possam



817 ser quaisquer professores titulares da Universidade que assim o desejem, com  
818 a condição que apresentem uma chapa e um programa com exequibilidade, no  
819 período de gestão. Portanto, a condição da apresentação da candidatura é a  
820 apresentação de uma chapa com um programa de gestão, que acreditamos ser  
821 um recorte ou uma avaliação mais adequada para a proposição de uma  
822 candidatura do que uma comissão de busca, um comitê de notáveis.  
823 Ampliamos por um lado a possibilidade da representação, ampliando o colégio  
824 eleitoral e por outro, restringimos. Portanto, damos com uma mão o que  
825 tiramos com a outra. Nesse sentido que propomos a ideia do programa. O  
826 Diretor e Vice-Diretor de Unidade, Museus e Institutos especializados deverão  
827 ser eleitos, em um único turno pelos membros do colegiado que inclui:  
828 congregação, conselhos das comissões estatutárias nas Unidades, os  
829 conselhos dos departamentos e conselhos deliberativos de Museus e Institutos  
830 Especializados. Diretor e Vice-Diretor devem se apresentar como chapa e ter  
831 um programa e, também, sugerimos a supressão da lista tríplice, aonde o  
832 candidato mais votado terá seu nome encaminhado, para ciência ao Reitor e  
833 ao Co. Esta posição é majoritária, mas não é consensuada. Os outros itens são  
834 consensuais na Congregação da Escola, mas este existe algum nível de  
835 discordância. Em relação à composição das congregações e demais  
836 colegiados, entendemos que atualmente as congregações são compostas a  
837 partir de critérios de proporcionalidade estabelecidos a partir do número de  
838 professores titulares das unidades. Propomos a manutenção dos critérios de  
839 proporcionalidade para definição dos membros por categoria na carreira  
840 docente cuja proporcionalidade seja definida a partir da categoria docente mais  
841 numerosa na época da composição do colegiado, ou doutores ou professores  
842 livre-docentes, de maneira que possamos fazer representar proporcionalmente  
843 nos conselhos deliberativos a mesma proporção dos professores nos vários  
844 níveis da carreira docente. Também sugerimos que no Co devem estar  
845 representados os diretores de unidades de ensino e os representantes das  
846 respectivas congregações, como é hoje, mas, também que os diretores de  
847 Museus estatutários e Institutos Especializados deverão estar representados  
848 pelos seus diretores e não por uma representação de categoria, como  
849 acontece hoje e, também, a necessidade de ampliar a representação discente  
850 e de funcionários técnicos e administrativos nos diferentes conselhos." **Cons.**

851 **Lucas Antonio Moscato:** "Tivemos uma reunião da Congregação da Escola  
852 Politécnica na última quinta-feira, na qual foi anunciado o tema desta reunião e  
853 os membros da Congregação pediram que eu trouxesse um pleito de que com  
854 a maior brevidade possível os resultados dessa reunião, as propostas e  
855 apresentações fossem encaminhadas às Unidades, de forma que na  
856 Congregação do mês de agosto houvesse a possibilidade de, com esse  
857 material, haver uma discussão mais ampla de quais são as tendências das  
858 discussões, as propostas que seriam tratadas aqui no segundo semestre, com  
859 vistas à definição desse tema. De tal forma, que o cronograma apresentado  
860 pelo Prof. Flávio possa ser viável, mas com uma participação da manifestação  
861 das Congregações, orientando os seus representantes no Conselho  
862 Universitário." **Cons. Dário Ferreira Sousa Neto:** "Gostaria de começar  
863 dialogando com a fala do Cons. Marcos Felipe, dizendo que tanto eu quanto  
864 meus colegas que me antecederam e que vão me proceder, iremos falar  
865 respaldados não em uma fala individual, mas em uma ampla maioria de  
866 estudantes de graduação e pós-graduação, que nos elegeram para representá-  
867 los por meio do voto direto. E não apenas isso, mas, também, pelas instâncias  
868 de decisão dos fóruns do movimento estudantil, entre eles, suas assembleias,  
869 congressos - eu participo desde a graduação - que há muito tem debatido as  
870 estruturas do poder da Universidade. A partir disto, quero fazer alguns  
871 apontamentos das apresentações feitas. A primeira, que seria uma questão  
872 mais superficial, é a questão da escolha, que foi apontado pelos dois  
873 apresentadores a necessidade de a escolha do reitor seja feita por meio da  
874 lista tríplice, uma vez que precisa de uma intervenção externa para legitimar  
875 democraticamente a escolha do reitor, uma vez que quem banca a USP é a  
876 sociedade e ela deveria ter essa intervenção. Pergunto por que precisa ser  
877 feita pelo Poder Executivo e não pelo Poder Legislativo. Pelo Poder Legislativo  
878 seria muito mais legítimo, porque não é só uma pessoa, a Assembleia poderia  
879 decidir essa lista tríplice e não, necessariamente, um Governador tomando  
880 essa decisão, mas isso é uma questão mais superficial. A questão mais de  
881 fundo que permeia a apresentação é a própria noção de mérito que passa por  
882 ambas as falas e que aqui está sendo colocado como pressuposto. O professor  
883 titular tem seu mérito de fato, reconhecido pelos anos de trabalho de pesquisa,  
884 mas que se refere ao campo de sua linha de pesquisa, ou seja, não

885 necessariamente um professor titular é expert em administração, em  
886 administrar a Universidade. Parece que há uma confusão de termos em torno  
887 da palavra 'mérito'. Quero dizer, o mérito acadêmico, o mérito administrativo e  
888 o mérito político. Penso que o mérito acadêmico limita-se ao ensino, à sala de  
889 aula, ao trabalho no laboratório e à pesquisa. Aí sim deve ser reconhecido. Mas  
890 quando falamos de Universidade estamos falando de mérito administrativo e  
891 político. Fico pensando no número de funcionários que estão aqui há anos,  
892 provavelmente mais do que muitos professores nesta sala, que acumulam esse  
893 mérito administrativo - muitos funcionários técnicos - e que não têm voz dentro  
894 dessa Universidade. Como é que eles não podem ter voz, se muitas vezes até  
895 os professores dependem deles para poder tocar essa Universidade? Eles  
896 acabam sendo utilizados, o saber deles é utilizado nas Unidades, mas eles não  
897 têm voz política. E o mérito político, pensando em uma sociedade democrática  
898 de direito, ele não é restrito a um grupo específico, toda a sociedade tem esse  
899 mérito político. Logo, na comunidade universitária, a única coisa que deveria  
900 definir o mérito político aqui seria fazer parte da comunidade universitária.  
901 Nesse sentido, na palavra mérito se confunde esses três conceitos e cria-se  
902 um problema, ou seja, o professor precisa ser professor titular para ter direito  
903 político dentro da Universidade. Isso expressa-se na representação desse  
904 Conselho Universitário. Um outro problema, que havia falado a alguns  
905 Conselhos atrás é exatamente a questão da junção do que poderíamos  
906 chamar, fazendo um paralelo entre o poder executivo e o poder legislativo.  
907 Quero dizer, se pensarmos que a função do reitor é administrativa, é o  
908 executivo, como também a dos diretores. E as funções dos conselhos e  
909 congregações têm um caráter mais próximo do que chamaríamos de  
910 legislativo, aqui na Universidade se junta esses dois, de modo que o reitor não  
911 é só eleito para reitor; ele é eleito para reitor e para presidente do Conselho  
912 Universitário. Ele junta duas funções. Assim também o diretor de unidade. Os  
913 senhores não foram eleitos para estar neste Conselho deliberando sobre a  
914 Universidade de São Paulo, mas para a Unidade. Por que isso precisa ser  
915 juntado? Precisamos discutir isso, acho que a própria lógica desta junção nos  
916 coloca antes do modelo de estado proposto por Montesquieu; é onde a figura  
917 do reitor é exatamente a figura do monarca, que junta o poder executivo e o  
918 poder legislativo em si. Existe uma questão de mérito que este Conselho evita

919 enfrentar, que é o que norteia esta discussão. E nesse sentido, penso que só  
920 vamos avançar, só vamos conseguir construir uma Universidade democrática -  
921 se, de fato, queremos uma Universidade democrática - quando abirmos esse  
922 espaço de discussão, convidar toda a Universidade a debater isso, fazer um  
923 cronograma, fazer um debate e chamar à discussão para uma separação  
924 dessas instâncias de poder e para a eleição direta, para que a Universidade  
925 possa participar, inclusive nas escolhas. Aí sim será legítimo. Do contrário,  
926 acho que é até desonesto vir aqui questionar a legitimidade dos representantes  
927 discentes, que somos eleitos diretamente, sendo que essa eleição não  
928 acontece nesse espaço, muito pelo contrário e acaba amarrando, engessando  
929 os processos políticos dessa Universidade." **Consª Sandra Margarida Nitrini:**  
930 "Na verdade não trago o resultado de uma discussão sobre o tema proposto  
931 para hoje, discussão específica e resultados da minha Congregação, mas trago  
932 informações sobre as discussões sobre esse tema. É um tema contínuo e a  
933 Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, no decorrer deste ano, tem  
934 se dedicado de maneira especial. Já tivemos uma primeira etapa de  
935 discussões mais amplas, com temas mais amplos, mas que tangenciam essa  
936 questão e que foram feitas a partir de entrevistas com docentes aposentados,  
937 mas especialistas e bem representativos, de várias áreas. As discussões dos  
938 temas foram colocados no *site* da Faculdade, divulgados para os nossos  
939 alunos de Graduação e discutidos em sala de aula, porque foi uma percepção  
940 da Congregação, de que a Faculdade tem que se fazer mais presente junto aos  
941 nossos alunos, sobretudo aos alunos que estão entrando, no que diz respeito a  
942 todos os problemas referentes à Universidade, à política universitária, às  
943 instâncias, entre outros. De forma que temos um material precioso sobre esses  
944 temas - concepções de Universidade, caráter e inserção da Universidade  
945 pública e gratuita na sociedade, relações entre Universidade e Sociedade,  
946 concessões de formação e das relações entre ensino e pesquisa,  
947 financiamento da Universidade, inserção da USP no sistema do ensino superior  
948 brasileiro, diferenças e convergências desejáveis na construção do  
949 conhecimento nas diversas áreas do saber na Universidade e a inserção da  
950 Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas neste contexto, o atual  
951 Estatuto da USP, sua História e suas diferenças em relação às demais  
952 Universidades do Ensino Superior Público Brasileiro. Este foi um tema

953 amplamente debatido com nossos alunos de graduação. No âmbito mais  
954 específico da Congregação, estabelecemos um calendário voltado para o  
955 debate sobre estrutura de poder na Universidade e esse calendário vem se  
956 desenvolvendo. Infelizmente, o tema mais direto relacionado com a eleição  
957 para Reitor está previsto mais para frente. Já sei que há previsão de um  
958 Conselho Universitário temático para agosto e isso é importante para que haja  
959 um calendário, para que possamos estabelecer e acertar o compasso das  
960 nossas discussões com as que estão sendo feitas dentro deste Colegiado. Os  
961 temas são: mérito, participação e eficiência. Aliás, este tema já foi discutido na  
962 Congregação anterior, o relator foi o Prof. Ricardo Terra e os dois debatedores,  
963 Professor André Singer e Professor Marcos Napolitano. Na próxima quinta-feira  
964 vamos ter o tema Composição e Dinâmica dos Colegiados, a apresentadora é  
965 a Professora Valéria de Marco e os debatedores, Professora Ana Lúcia  
966 Pastore, e Professor Adrián Fanjul, que é representante dos Doutores neste  
967 Conselho. Temos um tema, Democracia, Poder e Autoridade, cujos convidados  
968 ainda vamos confirmar os nomes, porque estamos em conversação e o tema  
969 Eleição para Reitor, o nosso relator convidado é o Professor Renato Janine  
970 Ribeiro, os debatedores, os Professores Brasília Sallum e André Martin. Então,  
971 vamos antecipar esses debates. Informo que esses debates da Faculdade de  
972 Filosofia são transmitidos *on-line* e ficam no *site* da Faculdade. Ela está muito  
973 atenta e vai participar. Quanto aos modelos propostos, não posso dizer a  
974 decisão final da nossa Faculdade, mas posso falar de acordo com a minha  
975 sensibilidade e o que vou ouvindo daqui e dali, da proposta para haver um  
976 único turno e que a composição seja a mais ampla possível. Gostaria agora de  
977 me referir sobre uma fala anterior de um Conselheiro. Já anunciei no Conselho  
978 da semana passada, que no que diz respeito ao regime disciplinar do  
979 Regimento da USP ainda dos tempos da ditadura, a Faculdade de Filosofia  
980 montou uma Comissão e vai propor uma alteração de redação. Gostaria de  
981 dizer que essa Comissão é composta pela Professora Valéria de Marco, da  
982 área de Letras e que já foi Representante da Congregação neste Co; pelo  
983 Professor Gilberto Pinheiro Passos, também da área de Letras, mas com  
984 formação em Direito; e o Presidente é o Professor Sérgio Adorno. E há,  
985 também, um representante dos estudantes. A proposta é que, uma vez que  
986 cheguem a uma formulação, levem para nossa Congregação que, aprovando,

encaminharemos para a Reitoria.” **Cons. Adrian Rodolfo Cavalheiro**

**Fuentes:** “Acho muito importante que tenhamos hoje uma sessão para discutir sobre a estrutura de poder. Penso que esse debate já está mais do que atrasado dentro dessa Universidade. Creio que muitas pessoas já perceberam isso, ainda que com propostas ainda tímidas, que não transformam a Universidade de fato e nem colocam uma mudança sobre como ela é organizada, mas há um certo avanço. Porém, penso que precisamos ponderar algumas coisas. Está se propondo que as eleições para Reitor se coloquem de outra maneira, que sejam agora assembleia universitária; que as eleições de diretores mudem, que sejam em outros marcos e muitas outras propostas, mas ainda não tenho visto as Unidades debaterem isso. Acho que, para mudarmos a estrutura de poder da Universidade, não basta o próprio poder da Universidade querer transformar. Primeiro precisamos ser democráticos o suficiente para escutar a Universidade que estamos representando. O primeiro passo é sairmos daqui com algumas propostas, algumas mais concretas, outras menos, mas que consigamos debater em cada uma das Unidades, que faça com que as Congregações promovam debates abertos, com a participação de todos os funcionários, professores e estudantes. Creio que esse seja o primeiro passo para que consigamos democratizar a Universidade. Penso que da forma como vai, vamos passar simplesmente por algo que vai se fingir mais democrática, mas que ainda continua nos mesmos marcos. O segundo ponto é que o Estatuto da Universidade precisa de muitas mudanças. A própria composição desse Conselho Universitário, que é representativo, ainda não representa toda a comunidade. Hoje, os estudantes, por exemplo, são grande parte da Universidade, geralmente são a maioria das pessoas que participam de projetos de pesquisa, que estão diretamente nas salas de aula e que constroem, também, essa Universidade, mas são pouco representados. E o mesmo acontece com os funcionários. Acho que isso precisa ser pensado de outra maneira. Hoje fui questionado sobre a representação dos alunos. Não é a primeira vez que sou questionado dentro de um Conselho sobre a representatividade que tenho ou como fui eleito. Se não me engano, sou a pessoa aqui que teve mais votos - 7 mil -, diferente de todos os outros representantes dentro desse Conselho. Isso também é algo que deveríamos repensar. Os Diretores de Unidade, como são eleitos hoje? Não há

participação ampla dos alunos e funcionários. E o voto direto é uma saída para corrigirmos isso, pois ainda estamos muito atrás. Como um estudante pode votar para todos os cargos desse País, mas não pode votar para o cargo que vai representá-lo dentro da Universidade? Estamos muito ultrapassados. Dizer que o estudante, talvez, não tenha mérito é equivocado. Esse é o primeiro ponto. O outro ponto, o qual considero como prioridade para encaminharmos neste Co, é o debate amplo, que ainda não aconteceu. Quando estudante do meu primeiro ano, ouvia o candidato a Reitor que ganhou as eleições em segundo lugar - uma falta de democracia tremenda dentro da Universidade - dizer que era o Reitor do diálogo, mas os diálogos não acontecem. Então, temos uma Universidade que se fecha cada vez mais para o diálogo, uma pauta que é caríssima para a Universidade, sobre inclusão social e racial e estrutura de poder, mas que não está sendo debatida amplamente. Então, acho que precisamos rever muito bem esses conceitos, porque se quisermos fazer uma Universidade que não seja simplesmente um exemplo de produção acadêmica, mas também seja um exemplo na construção da sociedade que acreditamos e defendemos que ela deva ser, precisamos começar a nos escutar. E isso só acontece tendo uma ampla participação, que deve ser, no mínimo, paritária entre todas as pessoas que constroem essa Universidade. De forma que estamos bem atrasados. Esse é um pequeno avanço, mas agora devemos tentar dar passos muito maiores. E o primeiro passo acho que deve ser todas as Unidades debatendo, voltando para as Congregações, fazendo reuniões abertas, onde todo mundo tenha participação, e que consigamos elaborar várias propostas. Talvez assim consigamos outra coisa. E quem sabe, futuramente, construir uma estatuinte livre e soberana dentro da Universidade, onde todos, de fato, possam ser escutados. Portanto, creio que isso é um avanço, mas temos que tomar cuidado com a falsa democracia que está por trás das propostas que estão sendo apresentadas.” **Consª. Maria Dora Genis**

**Mourão:** “Como Representante da Congregação da ECA, cabe-me externar o sentimento da Congregação. Fizemos uma reunião na semana passada que, obviamente, foi o início de uma discussão, portanto, não foi conclusiva. É o início do debate, não temos propostas específicas, mas temos três considerações a serem colocadas para este Conselho. Lemos e iniciamos a discussão da proposta do Professor Renato Janine Ribeiro e também

lembramos de um texto do Professor Jacques Marcovitch, de alguns anos atrás, que reflete sobre as eleições na Universidade, trazendo como exemplos eleições nas universidades do mundo. Chegamos a três considerações. A primeira é o consenso de que há a necessidade de uma mudança. A segunda consideração é que a definição de novas normas de poder deveriam ser discutidas junto com a definição de qual modelo de Universidade queremos. Obviamente, uma discussão depende da outra. Se discutimos o modelo, vamos chegar à questão das eleições propriamente ditas, e se discutimos as eleições, também ampliemos a discussão para a questão do modelo de Universidade. E uma terceira questão é sobre a profissionalização da gestão. Sabemos que vários de nós somos, às vezes, quase que obrigados a aceitar ser candidato a chefia de departamento, principalmente porque, muitas vezes, é difícil ter colegas que querem ser chefes de departamento, porque dá trabalho. E também, às vezes, colegas que vão para a chefia que não têm o perfil adequado para administrar. Portanto, cabe uma discussão de como chegar a estes cargos, que são fundamentais e que passam por uma vontade ou perfil de administração. A última coisa que gostaria de sugerir, assim como o colega Lucas Antonio Moscato, da Poli, é que todas as propostas que estão sendo encaminhadas sejam enviadas às Unidades, para que elas possam discuti-las para que então, em um novo Conselho Universitário, possamos avançar e ter propostas mais concretas.” **Renato Janine Ribeiro:** “Mais uma vez, agradeço a atenção que me foi prodigada pelo M. Reitor e pelos Conselheiros e por ter de me retirar quero desculpar-me ante os colegas e os conselheiros que ainda vão falar, mas estou muito contente com esta ocasião, este debate. Estou vendo que a Universidade está se orientando para uma mudança. Quero apenas observar que gosto muito do procedimento proposto pelo Professor Luiz Nunes, de votações sucessivas, que permitirá chegar até o ponto que tenha a maioria necessária de votos. Pessoalmente, acho que a inclusão dos Conselhos Departamentais no colégio eleitoral único, seria bastante desejável. Também sou favorável ao fim da lista tríplice, pelas razões que expus. Penso que será muito bom que essa discussão, como está havendo, frutifique e resulte. Será um traço importante da gestão do Professor Grandino, a quem cumprimento por colocar essa questão em ritmo, já, quase decisório.” **Cons<sup>a</sup> Letícia Alcântara de Freitas:** “Além de representante discente neste



1089 Conselho, também sou Diretora do DCE, o que também é parte dessa  
1090 discussão sobre representatividade. Acho bastante delicado tratarmos sobre  
1091 representatividade, questionar um dos processos mais amplos de eleição que  
1092 essa Universidade conhece, que tem a ver, justamente, com a  
1093 representatividade nas entidades e por onde o próprio Estatuto da nossa  
1094 entidade - DCE - garante a participação da representação discente, inclusive  
1095 de todas as chapas inscritas, não apenas da chapa eleita. Mas não vou me  
1096 alongar sobre isso, pois meus colegas já falaram. Acho que, em primeiro lugar,  
1097 é importante termos um Conselho Universitário que discuta, nesse momento, a  
1098 estrutura de poder na USP. As maioria das propostas que foram apresentadas,  
1099 na verdade, reflete uma preocupação que, em essência, tem a ver com a  
1100 ampliação da participação. São propostas e sugestões que giram em torno  
1101 desse debate e acho que isso significa alguma coisa. Acho importante  
1102 pensarmos por que é necessário ampliar essa participação e o que queremos  
1103 com esse processo. É preciso, portanto, definir critérios para que reformulemos  
1104 a estrutura de poder na Universidade. Será uma estrutura nova, a serviço de  
1105 quem? Do quê ? E para fazer o que na Universidade de São Paulo? Na minha  
1106 opinião, um dos principais elementos que devemos garantir aqui é esse debate  
1107 em cada Unidade, mas, mais do que isso, é podermos responder algumas  
1108 perguntas que já estão colocadas. Acho, por exemplo, que seria fundamental,  
1109 para garantir de fato a democracia na Universidade de São Paulo, que a nossa  
1110 principal representação não fosse restrita ao Conselho Universitário. Todos  
1111 devem ter acompanhado, no ano passado, que os próprios parlamentares  
1112 decidiram sobre seu aumento salarial, um aumento exorbitante. E boa parte de  
1113 nós deve ter questionado o porquê deles poderem decidir sobre seus próprios  
1114 aumentos, enquanto que nós não podemos decidir sobre os aumentos dos  
1115 nossos salários. Acho complicado o Conselho Universitário decidir sobre sua  
1116 própria reestruturação. De forma que, em primeiro lugar, penso que precisamos  
1117 garantir que essa decisão seja tomada de maneira bem ampla. E acho que  
1118 podemos nos utilizar de vários instrumentos que estão para além da  
1119 representação dentro dessa sala do Conselho. Podemos, inclusive, pensar,  
1120 como serão feitas essas discussões ao longo do segundo semestre em cada  
1121 Unidade, essas reuniões abertas com a presença de todos, mas,  
1122 principalmente, acho que seria um desafio muito interessante para a Reitoria

1123 da Universidade e para os Diretores presentes, que organizássemos uma  
1124 ampla campanha na Universidade, que tivesse plebiscitos, que tivesse  
1125 perguntas que pudessem ser respondidas por absolutamente todas as pessoas  
1126 com as quais nos interessássemos em falar. Então, se os professores  
1127 conversassem entre si, os estudantes e os funcionários, talvez, pudéssemos  
1128 decidir. Na minha opinião, todas as propostas que foram apresentadas, na  
1129 prática, encerram-se no mesmo problema da democracia, porque se restringem  
1130 a uma representação apenas do Co ou de alguns poucos professores,  
1131 funcionários e estudantes, quando hoje existe a possibilidade de ser mais  
1132 amplo. Para garantir, de fato, essa amplitude, nesse momento, acho que  
1133 devemos ver quais são nossos melhores instrumentos, mas, definitivamente, a  
1134 Universidade de São Paulo tem que caminhar para frente e isso significa  
1135 caminhar em direção a uma estatuinte, a eleições diretas para Reitor, a  
1136 eleições que possam garantir não apenas a eleição dos nossos representantes,  
1137 mas, principalmente, a eleição sobre um programa, sobre aquilo que se propõe  
1138 para a Universidade de São Paulo, para que possamos saber exatamente o  
1139 que é decidido, para além daqui, para além do Co. Para que possamos garantir  
1140 que as principais decisões que tem a ver com o dia-a-dia de todos nós sejam  
1141 tomadas por todos aqueles que constroem a Universidade cotidianamente. E é  
1142 preciso dizer que aqueles que constroem a Universidade cotidianamente são  
1143 mais do que os que estão nessa sala, são os demais professores que estão  
1144 todos os dias dando aula, são os demais estudantes, que todos os dias vêm  
1145 para a Universidade, utilizam os transportes da Universidade e são, também,  
1146 os funcionários. O último Co discutiu a uma série de decisões que, sequer, têm  
1147 passado pelo próprio Conselho Universitário, que questiona a legitimidade para  
1148 que possamos decidir mudanças estruturais, tão reivindicadas amplamente por  
1149 todos os setores da Universidade, e que, neste momento, temos a chance de  
1150 discutir. Mas as decisões precisam passar para além desse Co. Por isso que,  
1151 em minha opinião, o principal é que discutamos nas Unidades é o quanto que  
1152 os estudantes, professores e funcionários acham que esse Conselho  
1153 Universitário pode decidir sobre si e sobre os rumos da Universidade.” **Cons.**  
1154 **Lucas Oliveira Viana:** "Acho importante a discussão que estamos fazendo  
1155 hoje, assim como muitos que já falaram. Inclusive, acho importante as  
1156 propostas que foram apresentadas. Entretanto, como posicionamento dos

1157 estudantes, elas não atendem ao que os estudantes discutem em seus fóruns.  
1158 Como o representante Dário, da pós-graduação, falou, há muitos anos o  
1159 movimento estudantil já vem discutindo a estrutura do poder na Universidade.  
1160 E, como também a Professora Maria Dora, da ECA, ressaltou, o que foi discutido  
1161 na Congregação da ECA é que essa discussão não pode estar descolada da  
1162 discussão sobre qual o modelo de Universidade que queremos. Acho  
1163 importante, também, ressaltar uma coisa que o Conselheiro Dário falou, que é  
1164 relativo a quem tem o mérito político e administrativo nessa Universidade.  
1165 Acredito que é importante que discutamos neste Conselho Universitário, mas  
1166 essas decisões não podem ficar restritas a este Conselho, precisamos  
1167 expandir. Todos expressaram isso em suas falas, em menor ou em maior grau.  
1168 O que os estudantes sempre discutem é a necessidade de uma estatuinte, mas  
1169 essa decisão não pode passar somente pelo Conselho Universitário, temos que  
1170 expandir. Faço minhas as palavras da Conselheira Letícia, acredito que é um  
1171 grande desafio que lançamos para a Reitoria agora, de lançarmos para o  
1172 próximo semestre um plebiscito para ver o que a maioria da Universidade -  
1173 incluindo não só aqueles que têm mérito acadêmico, mas os que têm mérito  
1174 administrativo, político e constroem a Universidade no cotidiano - tem a dizer e  
1175 a deliberar sobre essa Universidade. Temos, atualmente, problemas  
1176 relacionados a processos de estudantes, à falta de representatividade dentro  
1177 dos Conselhos, das Congregações, dos Conselhos Departamentais, mas o que  
1178 está na raiz desse problema é o Estatuto. Por isso é importante reafirmarmos a  
1179 necessidade de uma estatuinte e das eleições diretas para Reitor. Que todas  
1180 as pessoas que fazem parte da Universidade possam votar para Reitor e,  
1181 também, para os outros cargos de Conselhos e Congregações. Com relação à  
1182 questão da lista tríplice, um dos argumentos favoráveis é que a população de  
1183 São Paulo deve ser representada por meio do Governador, entretanto, caímos  
1184 em uma contradição quando alegamos que a escolha do Reitor tem que  
1185 passar, necessariamente, pelo representante da população de São Paulo.  
1186 Primeiro, porque é de se questionar se essa representação é legítima e,  
1187 segundo, na Universidade de São Paulo temos a constatação de que a  
1188 população não usufrui, como deveria, dessa Universidade. E essa  
1189 Universidade não pensa tanto na população como deveria pensar. Então, antes  
1190 de discutirmos a participação da sociedade por meio de um representante, que

1191 é o Governador, para decidir quem será nosso Reitor, precisamos ampliar a  
1192 Universidade no sentido de que as pessoas também usufruam dela. E que a  
1193 Universidade pense, também, em políticas e ações para toda a população."

1194 **Cons. Raul Santiago Rosa:** "O tema de estrutura de poder veio à tona na  
1195 Universidade e está sendo bastante recorrente em várias discussões e, em  
1196 relação aos estudantes, está protagonizando bastante em nossos debates e  
1197 discussões. Um exemplo disso é que teremos em agosto agora nosso  
1198 congresso de estudantes e o tema principal é estrutura de poder e estatuinte  
1199 na Universidade. Entendemos que a Universidade de São Paulo, por ser a  
1200 maior Universidade do Brasil, tanto no quesito de orçamento, como no quesito  
1201 de prestígio nacional e internacional, deve ser a vanguarda em políticas que  
1202 garantam a democracia na escolha dos nossos dirigentes - Reitor, Diretor e  
1203 seus respectivos vices. O aumento da democracia na escolha desses  
1204 dirigentes não se opõe à qualidade da Universidade, visto que a maioria da  
1205 nossa comunidade universitária, que é excluída do processo de escolha desses  
1206 dirigentes, é composta por pessoas que estão dia-a-dia vivendo a Universidade  
1207 e vendo as suas reais necessidades. Então, a participação dela só garantiria  
1208 melhor qualidade. Por isso, entendemos que a qualidade e a democracia na  
1209 Universidade é garantida por um processo de eleições que, primeiro, encerrem-  
1210 se em suas respectivas instâncias, portanto, a eleição para Reitor tem de ser  
1211 encerrada dentro da Universidade e a do Diretor na própria Unidade. Não vejo  
1212 sentido na argumentação do Professor Renato Janine Ribeiro, de que a USP é  
1213 pública e isso legitima a escolha do Governador, sendo que o Governador de  
1214 São Paulo não faz parte das discussões de propostas da Universidade e nem  
1215 deste pequeno Conselho, que é bastante antidemocrático. Portanto, não tem  
1216 sentido nenhum ele fazer essa escolha, é bastante incoerente em relação à  
1217 comunidade universitária. Segundo, que essas eleições sejam diretas, para  
1218 que o representante tenha legitimidade representativa e reconhecimento  
1219 majoritário de sua capacidade gestora, o que está, evidentemente, em xeque,  
1220 nesta atual gestão da Reitoria. Ainda zelando pela participação de quem está  
1221 vivendo, estudando, trabalhando e também lecionando nessa Universidade, o  
1222 processo de mudança estatutária deve ocorrer pelo formato de estatuinte, o  
1223 que está mais do que na hora de acontecer, devido ao acúmulo que está tendo  
1224 entre os debates nas categorias e a demanda que essas categorias andam

apresentando em relação a este tema. Como estamos na Universidade e ela tem que zelar por um debate crítico e fomento de discussões e reflexões, nada mais adequado que, precedendo essas deliberações em relação à estrutura de poder na Universidade, haja um amplo espaço para que as categorias e as unidades possam debater esse assunto que diz respeito a toda nossa Universidade. Cada Unidade deve ter uma demanda, que deve ser debatida nas Congregações antes de qualquer deliberação. E que neste espaço haja, *a priori*, audiências públicas, reuniões abertas de discussão, nas quais participam funcionários, professores e estudantes, para que possamos ter um processo de mudança do Estatuto que é mais do que necessária, devido à quantidade de mudanças feitas desde 1979, para que tenhamos um processo, de fato, democrático, transparente e tenha qualidade e representatividade.” **Consª**

**Bárbara Guimarães:** “Vou seguir a mesma linha dos representantes discentes que me antecederam, para reafirmar a importância que vemos em levar esse debate da estrutura de poder da Universidade para dentro das Unidades. Não apenas para dentro da Congregação de maneira fechada, mas que haja reuniões abertas, em que funcionários, professores e estudantes possam debater a pauta de estrutura de poder, mesmo porque é uma pauta histórica do movimento, não só do movimento estudantil, como do movimento de professores e funcionários também. É por isso que vemos essa importância de termos um tempo maior para debater isso nas Unidades. Achamos muito boa a iniciativa de colocar o tema estrutura de poder como pauta de um Co, é um tema muito polêmico dentro da Universidade, percebemos isso no nosso dia-a-dia, mas é muito importante que possamos consultar toda a comunidade. Estou falando isso porque, querendo ou não, somos poucos aqui dentro. Fiquei surpresa com o questionamento da maneira como os representantes discentes são eleitos, porque já estamos em número menor neste Conselho. Não esperávamos que a maneira como somos eleitos fosse questionada dentro da pauta de estrutura de poder, mesmo porque, viemos aqui dispostos a convidar todos os professores do Co a levar para as suas congregações este debate. Ainda somos muito poucos dentro da comunidade, de uma maneira geral e é por isso que temos que incentivar. Sinto isso como estudante. Acho que, às vezes, para outros estudantes se movimentarem, precisam de um incentivo dos professores, de mais debates. Citarei o exemplo da Congregação da FFLCH,

1259 que teve uma iniciativa muito boa de levar debates para dentro da sala de aula,  
1260 por mais que eu pense que não tenha sido muito bem divulgado, mas acho que  
1261 foi uma iniciativa que podemos usar como exemplo. Vemos que o movimento  
1262 estudantil, neste momento, está construindo o Congresso dos Estudantes e foi  
1263 uma demanda do movimento que esse Congresso tenha como tema principal a  
1264 democracia na USP, porque queremos debater a estatuinte, queremos debater  
1265 a possibilidade de votar para Reitor. Então, sentimos que os estudantes  
1266 querem se movimentar. O IAG, por exemplo, acabou fazendo uma eleição para  
1267 esse Congresso e eles, normalmente, não têm a tradição de debater esse tipo  
1268 de pauta. Vemos alguns cursos da Poli vendo, também, essa possibilidade de  
1269 debater a pauta sobre democracia na USP. Ouvimos várias propostas de como  
1270 essa eleição pode ser mais democrática, mas, particularmente, não consegui  
1271 ver muito isso. Já somos 'grandinhos', já podemos votar para Reitor. Porque  
1272 com 16 anos, já tive de votar para Prefeito da cidade, então porque não posso  
1273 escolher o Reitor dessa Universidade? É mais ou menos esse o sentimento  
1274 que temos no dia-a-dia com os outros estudantes. Somo menores? Porque  
1275 somos menores? É claro que professores estudam muito mais que nós,  
1276 respeitamos isso. Mas, por que ele tem mais poder de decisão do que nós, que  
1277 também podemos decidir sobre outras questões, como nosso Governador. Não  
1278 é porque votei em determinado Governador que acho que ele deve votar em  
1279 determinado Reitor. Uma coisa não está ligada a outra. É por isso que  
1280 defendemos a estatuinte, as diretas, mas antes disso, defendemos que esse  
1281 seja um debate amplo, com toda a comunidade, porque essa Universidade foi  
1282 construída não só com professores, não só com professores que estão no Co.  
1283 Essa Universidade foi construída de excelência, porque foi construída na luta  
1284 de professores, funcionários e universitários. Ninguém construiu isso aqui  
1285 sozinho. Não foi um Reitor que levantou a Universidade de São Paulo, foi toda  
1286 a comunidade. Então, é esse o convite que deixo, como estudante e  
1287 representante discente. Ter um pouco mais de animação com o Co e levar isso  
1288 para suas Unidades e acreditar que é difícil, mas é possível.” **Cons. Eli**  
1289 **Ferreira Junior:** “Antes de entrar propriamente na minha fala, quero falar sobre  
1290 esse nervosismo dos representantes discentes. Acho muito sintomático que  
1291 cheguemos aqui e achemos tão difícil falar com os professores, já que nossa  
1292 estrutura de poder e administrativa é tão pouco dialogada. Temos tão pouca

participação que quando chegamos aqui é até difícil falar. Quero dizer que acho ótimo que a USP seja uma das 200 melhores universidades do mundo e a melhor da América da Latina. Mas acho que temos que pensar quais são os critérios que definem esse *ranking*. É necessário que a Universidade retribua aos contribuintes tudo o que eles estão investindo nela. E acho que se fôssemos fazer um *ranking* baseado na opinião e no reflexo que essa Universidade tem para as pessoas ao redor, iríamos chegar em um *ranking* bem diferente, a USP estaria em uma colocação bem abaixo do que ela está. Quanto à pauta específica, começando pelo que um dos professores disse, temos um sistema muito ruim de decisão na USP. E todas as outras falas citaram a necessidade de ampliar a participação nessa decisão. E se estamos dizendo que precisamos ampliar a participação nessa eleição para Reitor, que inclui não só o Co, como também os Conselhos Centrais, é no mínimo incoerente que decidamos apenas no Co como é que vamos fazer essa escolha. Portanto, creio ser extremamente necessário que ampliemos, também, a discussão e não apenas a participação de mais professores nessa escolha do Reitor. Acho que precisamos levar essa discussão para as Congregações e também para reuniões abertas nos cursos. E a decisão deve ser tomada levando em conta a opinião dos professores e, também, dos alunos e funcionários. Queria dizer que também sou Diretor do DCE, sou representante discente e acho que a nossa eleição, nosso movimento estudantil se organiza de uma forma bastante democrática, diferente do que o Professor citou. E penso que com essa abertura, nosso Conselho Universitário poderia, inclusive, aprender alguma coisa sobre essa democracia.” **Cons<sup>a</sup>**

**Lisete Gomes Aleraro:** “A Faculdade de Educação fez uma única reunião da Congregação, uma reunião aberta e temos uma proposta que vai um pouco na direção do que o Professor Flávio apresentou, talvez um pouco mais esticadinha. Achamos realmente impossível, na última semana de junho, entrando em provas, com trabalho para corrigir, etc, que alunos, professores e funcionários, tivessem condições de fazer um debate minimamente decente. Portanto, estamos propondo a este Conselho Universitário e ao Reitor, em especial, que agosto e setembro fosse um tempo destinado à discussão nas unidades de ensino, museus e institutos, o mais aberto possível, que envolvesse alunos, professores e funcionários. Que em outubro de 2012 fosse

1327 a consolidação dessas propostas e que pudéssemos reservar novembro e  
1328 dezembro para o processo de deliberação. É o mínimo, porque não  
1329 conseguiríamos reunir as pessoas com prazo menor, até porque tem outros  
1330 assuntos e outros afazeres com menor prazo do que este, mas teríamos o final  
1331 de 2012 como um horizonte. Alguns pontos já são antigos do debate na  
1332 Faculdade de Educação, acho que nós e mais nove Unidades de Ensino, nos  
1333 últimos doze ou treze anos, propusemos eleição direta para Diretor e vice nas  
1334 escolas. E fizemos uma boa discussão sobre a necessidade de reformular e  
1335 reconceituar o papel do vice, tanto de vice-reitor, como de vice-diretor, porque,  
1336 na verdade, não temos um vice-diretor. Se eu morrer ou pedir demissão, ou  
1337 desistir, o meu vice não assume. Ele só existe para organizar a próxima  
1338 eleição. De forma que consideramos muito interessante a ideia de uma chapa  
1339 em que diretor e vice concorram com mandatos coincidentes. Na Faculdade de  
1340 Educação, já adotamos um processo disfarçado, mas é um processo de  
1341 consulta à comunidade, que tem uma repercussão direta, depois, no ritual da  
1342 congregação. Quero apenas lembrar aos senhores que desde os anos 80 - e  
1343 não morreu ninguém - não houve subelevação de autoridade. Fazemos,  
1344 inclusive, um ritual onde os candidatos admitem que aquele que for escolhido  
1345 pela comunidade assumirá o lugar e os que não foram, mesmo que o Reitor  
1346 designe, não aceitará. É verdade que, historicamente, os reitores sempre  
1347 aceitaram o primeiro, o mais votado, de forma que não tivemos a chance de ver  
1348 se os outros cumpririam a sua palavra. Mas, de todo jeito, é um ritual público,  
1349 um debate público, e tem sido muito interessante, pedagogicamente bom. Em  
1350 segundo lugar, uma discussão que achamos importante é a mudança da  
1351 representação dentro de todos os conselhos deliberativos. Sei que é estranho  
1352 dizermos isso nesse Conselho, mas defendemos, sem dúvida nenhuma, que a  
1353 Lei de Diretrizes e Bases seja cumprida. É constrangedor, mas sabemos que a  
1354 USP, historicamente, não cumpriu várias legislações, inclusive a própria  
1355 Constituição. Até para concurso para Diretor, lamento dizer, mas tivemos uma  
1356 pressão externa para que fizéssemos agora os concursos diretos. Obedecer a  
1357 LDB não é mal e 70-15-15, também não, é a coisa mais aceitável que existe no  
1358 mundo. Outra questão importante para discutirmos é que, de fato, tivéssemos  
1359 um terço da representação docente. Também discutimos essa situação dentro  
1360 do Conselho Universitário e achamos que essa discussão pode se reequilibrar



1361 com 70-15-15. E nós, dentro das Congregações, propusemos que também  
1362 houvesse uma proporcionalidade. Independente de maldizer ou não os  
1363 titulares, porque, historicamente, já somos diretor, vice, presidente de  
1364 comissões e, portanto, temos, na representação docente, uma divisão paritária  
1365 entre as diferentes categorias - Doutor, Livre-Docente e Titular - nos parece um  
1366 sistema que democratiza um pouco mais. Mantida a ampliação de alunos e  
1367 funcionários, que é bom. Em relação à eleição de reitor e vice, concordo com a  
1368 Bárbara. Faz muito tempo que temos um desejo de eleição direta para reitor,  
1369 mas parece que temos certo preconceito - alguns de nós - em relação a isso.  
1370 Mas lembro que na semana passada concedemos a medalha Armando Salles  
1371 de Oliveira ao Professor Britto, que por sinal foi eleito pelo voto direto da  
1372 comunidade da UNICAMP e depois até resolveu renunciar, para ser Diretor da  
1373 FAPESP. Ele e outros há muitos anos são eleitos sem grandes contestações. E  
1374 gostaria - claro que não há tempo para um debate hoje - de discutir sobre a  
1375 lista tríplice. Do ponto de vista concreto, sem pegar o nosso caso, o Professor  
1376 Rodas foi escolhido legitimamente pelo Governador Serra. Então, mudou o  
1377 Governador e vamos supor que fosse um adversário político dele, o  
1378 Governador poderia tirar o Professor Rodas? Deveria poder? Já que ele é  
1379 eleito, poderia tirar. Defenderíamos isso? Jamais. Portanto, não tenho dúvida  
1380 que este assunto implica que um reitor, da mesma forma que um governador,  
1381 tenham maturidade política na busca do chamado bem comum, como, aliás,  
1382 está escrito na nossa Constituição. Qual é o problema de elegermos com  
1383 critérios de mérito garantidos e encerrarmos essa questão? Não se conhece no  
1384 mundo um caso em que tenha tido um confronto direto de reitor em relação aos  
1385 governantes, por mais diferentes que sejam essas situações. Não é possível,  
1386 também, não reconhecermos que há mais de 15 anos nossas colegas,  
1387 Universidades Federais, fazem um processo de escolha direta e não tem um  
1388 tumulto que justifique dizer: 'olha, é isso'. E quando não acontece 'mantida a  
1389 lista tríplice'. Essa discussão não é menor. Só estou trazendo este tema  
1390 porque, para nós, por exemplo, o turno único é bastante importante e, sem  
1391 dúvida nenhuma, esta sugestão de que tenha um voto de maioria é uma coisa  
1392 muito importante, para pensarmos na possibilidade, também, de construirmos,  
1393 já que somos a melhor Universidade do Brasil - e dizemos isso de peito cheio -  
1394 que também tenhamos formas criativas e ousadas para poder mudar. Mudar

1395 para ousar que ela fique melhor que está.” **Cons. Adrián Pablo Faniul:**  
1396 "Gostaria de falar sobre um assunto que faz parte do tema estrutura de poder,  
1397 porém não está atraindo atenções, tendo em vista que o assunto principal é  
1398 eleição do reitor e dirigentes, cuja importância não minimizo, mas preciso  
1399 chamar a atenção para outro aspecto da temática principal, que é a  
1400 necessidade de ampliar a representação das diferentes categorias docentes no  
1401 Conselho Universitário. Neste momento, para 3.020 doutores temos um único  
1402 representante - no caso eu. É difícil ser o único representante de 3.020  
1403 pessoas que não pensam igual e tem posturas, por momentos, bastantes  
1404 confrontadas. Seria ideal que pudesse haver uma expressão de pluralidade,  
1405 digamos que vários dos pontos de vista que predominam dentro do amplo  
1406 leque dos professores doutores e dos associados estivessem representados.  
1407 Atualmente temos um representante para professores associados. Penso que é  
1408 importante ampliar esta representação. Por exemplo, na Universidade Estadual  
1409 de Campinas - UNICAMP, há três representantes para cada uma das  
1410 categorias docentes - doutores, associados e titulares -, além de uma outra  
1411 bancada de doze, escolhida pela categoria docente em geral. De forma que  
1412 são vinte representantes e é uma Universidade com número bem menor de  
1413 professores do que a USP. Acho que isso é algo para se pensar. Embora  
1414 esteja em contato com aqueles representantes docentes com os quais tenho o  
1415 endereço, porque compareceram para eleição no colégio eleitoral e estou  
1416 enviando esta informação e vou pedir que nas congregações insistam sobre  
1417 este ponto, para que ele não se perca dentro de outros assuntos importantes,  
1418 como a eleição de reitor e dirigentes. Enviarei, também, aos senhores  
1419 conselheiros, o Estatuto da UNICAMP para vejam seu modelo de  
1420 representação docente. Sobre a eleição de reitor, vice-reitor e diretores,  
1421 incomoda-me a parte que mostra uma relação que não está muito explícita  
1422 entre diferentes modos de eleição e qualidade - qualidade de pesquisa,  
1423 entendendo pesquisa, ensino e extensão, porque estamos em uma  
1424 universidade. Existem muitos modos de verificar a qualidade de um mérito em  
1425 uma universidade. Não poucos deles são o que nós, professores, obtemos  
1426 quando nos submetemos à avaliação de sistemas de projetos, artigos, etc., e  
1427 eu, que não apenas sou avaliado, mas também sou avaliador, como muitos dos  
1428 senhores também, não me lembro de ter preenchido, por exemplo, um parecer

1429 de avaliação sobre um projeto que incluísse a pergunta: 'considere como é a  
1430 eleição de reitor desta instituição'. Digo para que se estabeleça uma relação  
1431 com qualidade, como se a ampliação dos modos de eleição pusessem em risco  
1432 a qualidade da pesquisa. Quando elaboro um projeto não tenho em mente  
1433 como se elege o reitor da minha universidade, não porque não me interesse,  
1434 mas porque precisaria ser mais explicitada qual é essa relação que parece  
1435 entrar em jogo quando aparece esse tema. Acompanhando a apresentação do  
1436 representante dos titulares sobre os diferentes graus de ampliação, em um  
1437 momento ele menciona eleição direta. Destaco que eleição direta não é o  
1438 mesmo que eleição universal, porque está sendo apresentada dessa maneira.  
1439 Há vários modos de eleição direta que já foram discutidos dentro da  
1440 Universidade. O modelo universal - que pessoalmente não concordaria, porque  
1441 considero que os docentes têm que ter uma representação maior, modelo  
1442 paritário e um modelo que respeite a LDB. Digamos que todos os membros da  
1443 Universidade, depois de determinado tempo, possam votar e que se garanta os  
1444 70% de peso do corpo docente. Mas não me parece, concordando com a Prof.<sup>a</sup>  
1445 Lisete, que a mera anúncio de eleição direta será associada a algum tipo de  
1446 perda, que não fica muito clara onde seria." **Cons. Júlio Arantes Azevedo:**  
1447 "Não vou me deter nas questões da transparência das eleições das entidades  
1448 representativas, porque, de fato, vejo nisso uma tentativa de desviar o foco de  
1449 onde está na verdade a falta de transparência para uma local onde ela não  
1450 existe. Com relação às propostas apresentadas, considero-as muito tímida,  
1451 porque elas preveem uma mudança nesse complexo de hierarquias que temos  
1452 na USP, mas não toca nas questões de fundo que precisariam. Elas pretendem  
1453 ampliar um pouco, colocar para outros setores a possibilidade de participação  
1454 em uma eleição que, na verdade, não vai mudar muita coisa. Tudo o que foi  
1455 colocado remete-me àquela velha democracia grega, temos a  
1456 representatividade, mas uns são mais representantes do que outros. Isto está  
1457 muito presente aqui, algumas pessoas têm o poder de representar e outras só  
1458 podem ser representadas. E isso tem grandes implicações, porque vêm as  
1459 decisões que são tomadas, que dizem que houve uma grande discussão, mas  
1460 depois são reivindicadas pela comunidade universitária, sob a justa alegação  
1461 de que não foi discutido. Essa é uma delas, mas podemos lembrar de outras  
1462 questões que são aprovadas ou que nem entram na pauta, como a questão

1463 das cotas, que precisou de um forte movimento para ser incluída na pauta.  
1464 Também, a questão da própria ECA, foi aprovada uma nova ECA e agora  
1465 existe toda uma movimentação de questionar. E não é porque as questões não  
1466 existiam, mas porque não houve discussão prévia para que aquelas questões  
1467 fossem colocadas. Essas propostas que foram apresentadas inicialmente hoje  
1468 mantém essa forma como as coisas estão organizadas. Qual é o medo que  
1469 essa estrutura tem da representatividade real? Qual é o medo de se criar um  
1470 mecanismo efetivamente representativo dentro da Universidade? Várias  
1471 universidades têm os seus modelos de eleições paritárias. Se todos que estão  
1472 aqui admitidos, mesmo como alunos, nos discursos aparecem como  
1473 estudantes de uma instituição de excelência, que saem preparados para tocar  
1474 o Brasil afora, por que na hora de constituir essa representatividade eles não  
1475 são considerados? Vejo que precisa, efetivamente, criar, como já colocado, um  
1476 calendário para uma discussão ampla, que envolva a participação de toda a  
1477 comunidade universitária e não somente aqueles que são mais representantes  
1478 do que os outros. A timidez das propostas colocadas aparece de forma que a  
1479 comunidade já vem, em vários espaços, reivindicando uma estatuinte livre e  
1480 soberana na USP e então vem uma proposta que mexe na estrutura de poder,  
1481 mas que começa com uma tímida ampliação de número de votantes. Se  
1482 queremos fazer uma mudança na estrutura de poder da USP, precisamos fazer  
1483 uma mudança efetiva e não dar uma pincelada, fazer uma reformazinha aqui e  
1484 ali, porque se não perde esse momento agora e só Deus sabe quando terá  
1485 outro. Duas propostas devem ser encaminhadas, duas coisas que não podem  
1486 ficar separadas: eleições diretas paritárias e sem hierarquias internas. Acho  
1487 isso um absurdo e nunca vi, nas várias experiências que conheço de  
1488 universidade, esse complexo de hierarquias que se cria dentro de uma própria  
1489 categoria, como por exemplo, a categoria docente. E batalhar por essa  
1490 constituição da estatuinte livre e soberana, para poder fazer uma mudança real  
1491 na estrutura de poder da USP." **Cons. Osvaldo Novais de Oliveira Junior:**  
1492 "As opiniões que vou expressar são minhas, até porque a Congregação do  
1493 Instituto de Física de São Carlos vai debater este assunto somente em agosto,  
1494 conforme informação do Diretor. As ideias que tinha para propor quando me  
1495 inscrevi já foram defendidas, de forma que gostaria de ressaltar apenas dois  
1496 pontos. O primeiro, com relação ao processo decisório, apoio integralmente a

1497 proposta do Prof. Luiz Nunes de Oliveira, que foi baseada na proposta do Prof.  
1498 Renato Janine. O segundo ponto que gostaria de enfatizar e ver implementado  
1499 é a comissão eleitoral, que permitirá não só um número maior de candidatos  
1500 que possam se inscrever ou se interessar pelo processo, como também com as  
1501 sabatinas, como propôs o Prof. Renato Janine. O colégio eleitoral ou  
1502 assembleia universitária, qualquer que seja o colégio eleitoral escolhido,  
1503 poderá tomar uma decisão muito mais bem informada na hora de votar. Sobre  
1504 a democracia na Universidade, quem paga as nossas contas é a população do  
1505 Estado de São Paulo, portanto, para uma eleição completamente democrática,  
1506 quem deveria votar é o povo do Estado de São Paulo. Se restringirmos apenas  
1507 à nossa comunidade, estaríamos cometendo um grave equívoco, porque a  
1508 nossa comunidade não é representativa do povo do Estado de São Paulo,  
1509 temos um perfil sócio econômico completamente distinto, naturalmente muito  
1510 mais alto do que o resto da população. De forma que não haveria nenhuma  
1511 democracia em estender o voto a toda a nossa comunidade. Mas temos  
1512 obrigações, temos que dar respostas à sociedade e essa resposta pode ser  
1513 dada formando líderes, formando recursos humanos de alto nível, gerando  
1514 conhecimento, tecnologia e políticas públicas. Aí sim o povo, que não está  
1515 votando diretamente, será beneficiado." **Cons. Silvio Burratino Melhado:**  
1516 "Quero me posicionar com relação àquela que foi uma plataforma na época da  
1517 minha candidatura a representante dos professores associados, que consiste  
1518 em não opinar sobre demais pontos em debate, mas me ater àquilo que é  
1519 próprio da representação. Por isso, vou falar sobre o que já foi falado pelo Prof.  
1520 Adrián, que é a necessidade da ampliação da representação dos professores  
1521 associados. Entendo que a mudança na carreira, com a introdução da  
1522 progressão horizontal já foi um sinal bem claro de que a Universidade percebeu  
1523 a ampliação da população de associados dentro do nosso quadro de docentes  
1524 e o quanto esses professores associados, de alguma maneira hoje, tem um  
1525 papel fundamental na condução de todos os processos, seja de ensino, de  
1526 pesquisa, de prestação de serviços, muito diferente ao que foi há 10/20 anos  
1527 atrás. Estamos falando de décadas, porque nosso Estatuto já tem uma idade  
1528 bastante avançada, que remonta uma época em que não havia tal número de  
1529 professores. Efetivamente, queria dizer que qualquer argumento, no sentido de  
1530 que os professores associados já tem um maior acesso, após essa reforma, ele

1531 não terá muito sentido se entendermos que, na verdade, essas representações  
1532 são de natureza diferente, elas não são representações, nem das unidades,  
1533 nem das diretorias, nem das congregações, mas são representações de  
1534 interesse muito mais difuso – em um bom sentido - porque a Universidade é  
1535 composta por número muito grande de pontos de vista que precisam estar  
1536 representados e não significa que o fato de um determinado docente não se  
1537 candidatar a um cargo de chefia ou diretoria ou mesmo participar da  
1538 congregação, não significa que ele não tem uma visão importante desses  
1539 processos, e que precisaria ser considerada. De forma que me parece muito  
1540 natural que da mesma forma que já foi reconhecida a ampliação no sentido do  
1541 acesso aos níveis de mérito na carreira, que pudéssemos falar hoje de um  
1542 maior número de professores. Evidentemente que, por analogia, concordo com  
1543 o Cons. Adrián quando ele diz que se trata de uma representação docente das  
1544 categorias. Não estou falando de nenhuma outra categoria, mas o que se diz  
1545 do associado pode ser entendido, também, para os demais docentes. Para  
1546 defender ainda um pouco mais concretamente como esta mudança poderia ser  
1547 feita, entendo que hoje já temos definidas as categorias de associados 1, 2 e 3,  
1548 portanto devemos pensar em um determinado número de representantes,  
1549 maior ou igual a um, mais o seu suplente, para cada um desses níveis de  
1550 progressão, o que já me parece bastante compatível com as tendências  
1551 manifestadas. Finalizo dizendo que tenho bastante orgulho de ser  
1552 representante dos associados pela segunda vez e, embora beneficiário do  
1553 processo atual, não concordo com o processo que aí está. Particularmente,  
1554 acredito que teríamos toda a condição de fazer, inclusive, com meios  
1555 eletrônicos, uma eleição direta do representante, ampliando a participação,  
1556 eventualmente usando os dois turnos como uma forma de aprofundar o debate,  
1557 mas evitando o que tem sido - não sei se algum dos senhores já presenciaram  
1558 - uma reunião de algumas poucas dezenas de professores, que se faz nesta  
1559 sala, onde, por vezes, o discurso do momento pode até, falsamente, iludir os  
1560 colegas. Acho que fui capaz de iludi-los por duas vezes e, de alguma maneira,  
1561 isso me alavancou para este púlpito, onde eu, talvez ilegitimamente, esteja  
1562 ocupando esta representação. Votaria sim para uma eleição direta, um  
1563 processo de participação a distância e uma ampliação da nossa representação,  
1564 para o bem da própria Universidade. Obrigado." **Cons. Marcello Ferreira dos**

1565 **Santos:** "Parece-me uma situação muito triste as propostas apresentadas  
1566 pelos oradores, no início, para a questão da estrutura do poder na USP, pois  
1567 são mínimas e irrisórias. Digo isso não em nome próprio, porque me parece  
1568 que essas propostas apresentadas no início só poderiam ser apresentadas da  
1569 maneira como foram, arguindo-se o direito de poder representar o conjunto da  
1570 comunidade universitária se elas tivessem um grande afastamento da realidade  
1571 da maior parte da comunidade universitária. Por isso parece-me infeliz a  
1572 maneira como foi aberta. Nesse sentido, não concordo que é mais fácil criticar  
1573 do que elogiar, porque, como foi dito anteriormente, essa discussão que  
1574 estamos fazendo hoje, mesmo depois de anos de clamor por parte da  
1575 comunidade universitária, esperávamos que isso fosse debatido  
1576 democraticamente com o conjunto da comunidade universitária, mas  
1577 novamente não está sendo feito. Corroboro com a intervenção de vários  
1578 conselheiros de que as decisões que são tomadas neste Conselho, na maioria  
1579 das vezes - e também nesse caso - estão bem deslocadas do conjunto das  
1580 necessidades da comunidade universitária. Digo isso porque há uma tentativa,  
1581 um descuido, de fingir que não há diferenças, dentro da comunidade  
1582 universitária, sobre como deveria se tratar esse debate, de como se tomar  
1583 decisões dentro da Universidade, que não é propriedade de nenhum dos  
1584 conselheiros, pelo contrário, é da população e, mais ainda, da comunidade  
1585 acadêmica. De forma que me parece contraditório dizer que parece um  
1586 equívoco chamar a comunidade para opinar sobre cada uma das decisões,  
1587 porque isso não seria legítimo e considerar perfeitamente legítimo que menos  
1588 de 100 pessoas possam tomar as decisões por mais de 80 mil pessoas.  
1589 Parece-me uma contradição, em termos, do que foi apresentado aqui  
1590 publicamente. Por último, queria dizer que várias intervenções fizeram o  
1591 trabalho de ressaltar a importância desse debate, mas sem ressaltar, por  
1592 exemplo, uma das questões que temos insistido e que a Reitoria da  
1593 Universidade, infelizmente, tem se negado a se pronunciar, que é: como pode  
1594 se tratar de democracia em uma Universidade onde as diferenças teimam em  
1595 ser suprimidas pela força? Como pode se falar de avanço na democracia  
1596 dentro da Universidade, se hoje temos um cenário onde mais de 60 estudantes  
1597 estão sendo processados? Dezenas de trabalhadores da diretoria do Sindicato  
1598 dos Trabalhadores da USP e de fora estão sendo processados por suas

1599 posições políticas e ideológicas. Como é possível se tratar de uma democracia  
1600 sem partir desses termos? Para nós, para se iniciar um processo democrático  
1601 de transformação na Universidade, é uma condição mínima que não vivamos  
1602 mais nessa condição de liberdade vigiada, com vários processos  
1603 administrativos. Sobre a questão da transparência, para nós é muito estranho e  
1604 irônico que seja questionado as transparências de nossas deliberações, se até  
1605 mesmo as reuniões internas das nossas entidades são delatadas através de  
1606 relatos, através de um dossiê de espionagem feito para as três entidades  
1607 representativas da Universidade, onde se sabe cada passo que é dado dentro  
1608 dessas entidades. As nossas decisões são tomadas, não através de uma  
1609 'canetada', mas através de assembleias, nas reuniões de Unidades,  
1610 deliberadas democraticamente e, ao contrário do que temos visto, inclusive nos  
1611 últimos anos, por parte da administração da Universidade, não tiramos das  
1612 reuniões onde são deliberados temas importantes, aqueles membros que não  
1613 são afetos das nossas ideias. Não praticamos esse tipo de método, tomamos  
1614 nossas decisões democraticamente, abrindo o debate, com as polêmicas, etc e  
1615 é nesse sentido que achamos que deveriam ser tomadas todas as decisões na  
1616 Universidade. Foi colocado, também, um tema que me chamou a atenção, que  
1617 é a questão de que existem caixas pretas na Universidade, referindo-se à  
1618 eleição dos representantes de discentes e funcionários. Não somos nós que  
1619 guardamos nenhuma caixa preta dentro da Universidade, pelo contrário,  
1620 reiteradamente temos insistido neste Conselho para que seja apresentado  
1621 publicamente, por exemplo, os dados referentes às contratações das empresas  
1622 terceirizadas e os dados referentes a cada um dos contratos das fundações de  
1623 ensino privado. E não à toa que boa parte desses dados continua guardado.  
1624 Então, não somos nós que somos guardiões de nenhuma caixa preta. Por  
1625 último, entrarei em um tema que também diz respeito à transparência na  
1626 Universidade. Tem sido debatido em nível nacional e, também, na  
1627 Universidade, por entidades representativas, não somente o problema da falta  
1628 de democracia de hoje, mas também a falta de democracia de outros  
1629 momentos sombrios da nossa história em que, infelizmente, a história da  
1630 Universidade de São Paulo não foi passada a limpo, como por exemplo o  
1631 período em que dezenas de professores foram aposentados compulsoriamente  
1632 durante o período da ditadura militar, estudantes e trabalhadores foram



perseguidos. E hoje, em 2012, tem-se a pachorra de considerar uma afronta a determinadas Unidades, quando esta história começa a ser apurada. Então, de que democracia estamos falando? Esta também parece ser uma caixa preta que a Universidade tem que abrir e passar a limpo. Por último, queria colocar que, na nossa avaliação, só vai ser possível iniciar um processo democrático quando a comunidade universitária e o conjunto da população do Estado de São Paulo for chamado a opinar, das formas que eles considerarem as melhores e mais legítimas, sobre cada uma das decisões; quando forem encerrados todos os processos administrativos e criminais de caráter político contra os trabalhadores, estudantes e professores da nossa Universidade; quando for revogado o Decreto de 1972, que a própria justiça determinou que é um erro, um atentado contra as liberdades democráticas, que permitiu que a Universidade expulsasse 8 estudantes de seu quadro; quando for feita a apuração de todos os casos de desaparecimentos e perseguições políticas e ideológicas de estudantes, trabalhadores e professores, durante o período da ditadura militar; quando for instituída uma estatuinte livre, democrática e soberana, controlada pelo conjunto da comunidade e não por este Conselho e que defina como serão os métodos para eleger representantes e deliberações, de maneira democrática, pelo conjunto da comunidade Universitária. Não estamos apenas no século XIX, de acordo com algumas intervenções, porque já na Revolução Francesa, um dos lemas era justamente que 'cada cabeça deveria ter direito a um voto'. Infelizmente é um passo atrás nos séculos que vamos ter que recorrer, porque nem isso foi reivindicado nas intervenções. Mas a Revolução Francesa não nos deu somente este ensinamento, naquele momento o terceiro estado soube encontrar os seus próprios métodos para garantir a sua democracia. Talvez tenhamos que aprender com os Jacobinos como vamos conseguir arrancar a democracia pelas nossas próprias mãos."

**Cons. Carlos Alberto Ferreira Martins:** "Farei algumas observações individuais, porque a Congregação do Instituto ainda não discutiu, de maneira direta, os temas da pauta, mas pretendemos fazê-lo durante o mês de agosto. Considero extremamente importante um calendário que permita a discussão ampla nas Unidades, da maneira como aparece na proposta encaminhada e, também, na fala já encaminhada pelo M. Reitor, no sentido que temos um horizonte temporal para realizar essas discussões. Parece-me extremamente

1667 importante o estabelecimento de um processo de deliberações sucessivas, seja  
1668 na linha proposta pelo Prof. Janine, seja pelo Prof. Luiz Nunes, por uma razão  
1669 que é fundamental não perder de vista: qualquer alteração estatutária neste  
1670 tema passa pela aprovação de dois terços deste Colegiado. Não entrarei em  
1671 considerações sobre a possibilidade de rupturas institucionais de outra ordem.  
1672 Neste momento é razoável imaginar que nosso esforço deve ser no sentido de  
1673 buscar o consenso possível, porque trata-se de alteração estatutária. E o que  
1674 não atingir dois terços do colegiado não será alterado, portanto, parece-me que  
1675 o estabelecimento de um procedimento de votações sucessivas é  
1676 extremamente importante. Nas propostas que preveem ampliação da  
1677 assembleia universitária, com incorporação dos Conselhos Departamentais,  
1678 gostaria que fosse levado em consideração que temos quatro unidades na  
1679 Universidade que não estão estruturadas em departamentos. Nesse sentido,  
1680 proponho que no caso das unidades que não estão estruturadas em  
1681 departamentos, incorpore-se à assembleia universitária, caso ela venha a ser  
1682 aprovada na perspectiva desta ampliação, às comissões estatutárias. Fazendo  
1683 uma conta rápida sobre a composição da minha Unidade, diria que, em termos  
1684 numéricos, fica bastante equilibrado. Embora não tenhamos feito a discussão  
1685 específica desta pauta, a partir da nossa experiência na recente eleição de  
1686 diretor e vice - registro que, no nosso caso, a eleição do diretor e do vice foi  
1687 precedida de amplos debates junto ao conjunto da comunidade, registrando,  
1688 também, que alguns dos diretores presentes foram eleitos a partir de uma  
1689 consulta geral e da participação de toda a comunidade - a partir das discussões  
1690 que fizemos, especificamente para o âmbito da eleição na Unidade, parece-me  
1691 de todo conveniente formalizar a ideia da chapa. Que reitor e vice, diretor e  
1692 vice constituam, efetivamente, uma equipe de trabalho e, sobretudo, formalizar  
1693 a ideia da inscrição. Uma das coisas que, certamente, é mais estranho e  
1694 incômodo na nossa formulação estatutária é a confusão entre candidato e  
1695 elegível. O procedimento pelo qual, em princípio, todos os elegíveis são  
1696 candidatos e aqueles que não quiserem ser candidatos têm que pedir ao  
1697 colegiado que os autorize a não ser candidatos é um procedimento muito  
1698 estranho. É fundamental neste avanço que aquele que se disponha a uma  
1699 atividade de gestão se apresente, apresente sua proposta de trabalho e a partir  
1700 daí se submetam ao processo que venhamos a definir. Certamente será

1701 consenso na minha Unidade que os mecanismos atuais e os colégios devem  
1702 ser ampliados, que devemos avançar no sentido de incorporar, de maneira  
1703 mais ampliada, segmentos da comunidade na decisão, tanto das eleições no  
1704 âmbito da Universidade - as reitorias - quanto das Unidades. De qualquer  
1705 forma, avançar além disso, nesse momento, seria impreciso de minha parte,  
1706 porque não fizemos essa discussão. Esses pontos, em particular, há  
1707 necessidade de serem levados em consideração. Nas unidades não  
1708 estruturadas em departamentos, parece-me importante deixar destacado desde  
1709 já, para que todos aqueles que, eventualmente, venham fazer propostas no  
1710 sentido da ampliação da assembleia ou do colégio eleitoral, levem em  
1711 consideração essas quatro unidades.” Ato seguinte, passa-se ao próximo tema:  
1712 **Inclusão Social/Cotas. Telma Maria Tenório Zorn: (apresentação)** “Como  
1713 devem lembrar aqueles que estiveram nesse Conselho em 2010, já fiz aqui  
1714 uma apresentação sobre o INCLUSP. Naquela ocasião apresentei alguns  
1715 dados e o histórico desse Programa. Acredito, entretanto, ser necessário iniciar  
1716 essa apresentação com um breve histórico, para mostrar o quanto foi realizado  
1717 e também o quanto ainda precisamos realizar em prol de uma maior  
1718 proximidade da Universidade com o ensino fundamental e médio, tendo em  
1719 vista a grande carência que temos em nosso País na formação pré-  
1720 universitária tanto na qualidade, quanto na amplitude de distribuição deste  
1721 benefício aos jovens de nosso País. Vamos à apresentação. Em 2003, a USP  
1722 inicia amplas discussões sobre a inclusão social. O CoG foi o responsável por  
1723 conduzir esta discussão. Para isso criou uma Comissão especial com esta  
1724 finalidade e foram realizados vários seminários com o tema ‘Acesso à USP’. As  
1725 propostas oriundas deste Seminário, coordenado pelo Prof. João Baptista  
1726 Borges Pereira, da FFLCH foram levadas para discussão no CoG. Isso ocorreu  
1727 na gestão da Prof.<sup>a</sup> Sônia Penin como Pró-Reitora de Graduação. A decisão  
1728 final do CoG, após estas discussões, foi pela não implantação do sistema de  
1729 cotas na USP. Por outro lado, o documento indicava fortemente que a  
1730 Universidade deveria ampliar suas ações afirmativas e que essas deveriam ser  
1731 voltadas para os alunos do Ensino Médio, de modo a contribuir para o  
1732 aprimoramento de seus estudos e elevação da autoestima dos alunos. A  
1733 questão da auto exclusão era, naquela época, ainda uma hipótese confirmada  
1734 hoje pelos relatos dos Embaixadores da USP. Dos documentos dos

1735 embaixadores da USP, dois aspectos importantes e preocupantes se  
1736 comprovam: a auto exclusão e o desconhecimento das Universidades paulistas  
1737 como públicas e gratuitas. Estamos preparando uma publicação desses  
1738 documentos e, inclusive, há colegas da FFLCH interessados em analisar estes  
1739 resultados o que deve contribuir muito para o nosso maior entendimento da  
1740 problemática, e ainda, para traçar direções para melhorar as nossas relações  
1741 como Universidade com o compartimento que nos precede. Dessa forma, o  
1742 relatório e a decisão do CoG foram encaminhados ao M. Reitor da época, Prof.  
1743 Adolpho Melfi, com solicitação para o envio desta matéria para apreciação final  
1744 do Co. A matéria foi discutida amplamente em uma sessão extraordinária do  
1745 Co, em 2005, que acatou a direção dada pelas discussões vindas do CoG e o  
1746 documento foi aprovado. Em 2006, já havia mudado a gestão e a Reitora era a  
1747 Prof.<sup>a</sup> Suely Vilela, que coloca em prática a decisão do Co, criando o Programa  
1748 de Inclusão Social da USP - o INCLUSP. O INCLUSP foi aprovado em maio de  
1749 2006 e utilizado no vestibular 2007. Em 2008, a Pró-G desenvolve novas  
1750 ações, criando e aprovando uma complementação do INCLUSP, o PASUSP.  
1751 Isso mostra como certas questões carecem de cuidado e aperfeiçoamento ao  
1752 longo do tempo. À medida que vamos pondo em prática as ações e analisando  
1753 os resultados vamos também corrigindo rumos e traçando novas direções.  
1754 Projetos educacionais são necessariamente de longo prazo, pois exigem  
1755 análise dos resultados, reflexões e novas tomadas de decisões. Aliás, este  
1756 procedimento é a característica de uma Universidade. O INCLUSP baseia-se  
1757 em um sistema de bonificação para candidatos oriundos de escola pública  
1758 sobre o desempenho obtido na prova FUVEST. O INCLUSP sofreu algumas  
1759 modificações ao longo desse período entre essas, o valor da bonificação a  
1760 qual, atualmente, é integralmente vinculada ao mérito, isso é, o desempenho  
1761 na FUVEST. O INCLUSP é um programa voltado para alunos que fizeram parte  
1762 de seu estudo em escola pública (Fundamental ou Médio), enquanto que o  
1763 PASUSP é voltado para o estudante que fez todo seu estudo em uma escola  
1764 pública. Portanto, o PASUSP tem como fundamento apoiar mais fortemente  
1765 candidatos com maior desvantagem socioeconômica, uma vez que hoje, no  
1766 Brasil, um aluno que fez todo seu estudo em uma escola pública - Fundamental  
1767 e Médio – é, de fato, muito pobre. A renda familiar desses alunos, em geral,  
1768 não ultrapassa cinco salários mínimos, pelos dados que temos nas inscrições

na FUVEST. O bônus variou ao longo do tempo, e de 2006 a 2010 foi sendo trabalhado e adaptado. No início havia o bônus chamado 'Universal', oferecido automaticamente para todos oriundos de escolas públicas o qual era desvinculado do mérito. Na FUVEST 2007 e 2008 esses alunos de escola pública recebiam automaticamente 3% de bônus –Bônus Universal. Na FUVEST 2009 receberam bônus de 3% universal + até 6% pelo ENEM + até 3% pelo PASUSP. Em 2009 este bônus foi elevado para 12% da seguinte forma: 3% como 'Universal'; até mais 6% pelo ENEM - na época em que era possível seu uso. Atualmente, entretanto, temos muita dificuldade em utilizar essa nota do ENEM devido à incompatibilidade de datas - USP, entretanto, sempre se manteve aberta a possibilidade de utilizar a nota do ENEM- e até mais 3% pelo PASUSP. Toda a bonificação entra nas duas fases da FUVEST. A FUVEST de 2010 foi igual a de 2009 tendo havido a troca do ENEM pelo bônus da FUVEST criado para substituir esta nota do ENEM. A FUVEST de 2011, já na atual gestão, foi mantida como a de 2010 com uma modificação importante: a exclusão do bônus automático de 3% que foi incluído na bonificação por desempenho, mantendo-se o total de 12% de bonificação. A partir daquele ano, já então na gestão do Prof. João Grandino Rodas, o INCLUSP voltou a ser discutido em uma sessão extraordinária deste Conselho Universitário, em novembro de 2010. Naquela reunião apresentei um histórico similar a este, com os resultados obtidos até aquele momento, bem como me comprometi com o aperfeiçoamento deste Programa. Para isso a questão foi levada para discussão no CoG. Na reunião do dia 31 de março de 2011, o CoG aprovou o novo INCLUSP, a partir de uma proposta construída e discutida amplamente nas unidades. O Novo INCLUSP já foi adotado no ano passado, para o Vestibular 2012. O Novo INCLUSP elevou o bônus de 12 para até 15% para os candidatos PASUSP que, insisto, é o foco principal – são estes alunos que fazem todo o Ensino Fundamental e Médio - e o mesmo bônus foi excepcionalmente adotado no vestibular 2012 também para os candidatos INCLUSP. Mantivemos o mesmo bônus para os dois programas por estarmos em fase de transição. O INCLUSP oferece também um bônus de menor valor- 8% - para os alunos egressos de escola pública. Ou seja, aquele que fez vestibular e não entrou, ou aquele que decidiu não fazer naquele ano. Em qualquer momento que um aluno egresso de escola pública fizer o vestibular

1803 FUVEST ele continuará a receber 8% de bonificação pelo desempenho na  
1804 FUVEST. Desse modo, a relação da Universidade com o egresso de escola  
1805 pública é mantida por meio desta bonificação. Dediquei-me muito ao PASUSP,  
1806 pois, ele estava incompleto. O PASUSP- Programa de Avaliação Seriada da  
1807 USP- tem como objetivo estabelecer uma proximidade maior da Universidade  
1808 com o aluno de escola pública desde o momento anterior ao vestibular. Este  
1809 Programa estava incompleto, era feito apenas no terceiro ano e achamos que  
1810 deveria ser completado. Desse modo o PASUSP passou a incluir alunos do  
1811 segundo ano do colegial, como treineiros. Como chamamos, são os treineiros  
1812 especiais do Programa de Inclusão da Universidade. Essa mudança é muito  
1813 importante, porque quase 100% de nossos treineiros, até o ano passado,  
1814 vinham de escolas particulares. Os alunos de escola pública não vinham fazer  
1815 esta prova, não eram estimulados a ter esta oportunidade e a chance de fazer  
1816 um vestibular como treineiro é extraordinária. Outra mudança que fizemos foi  
1817 trazer estes alunos para dentro da USP, por meio da FUVEST. Até então,  
1818 fazíamos uma prova especial nas próprias escolas. Ao fazer o vestibular, o  
1819 aluno já se habitua ao ambiente da FUVEST, perde o medo e vivencia a  
1820 experiência. Além disso, esses ‘treineiros PASUSP’, já recebem uma  
1821 bonificação, a qual é automática, pela coragem e disposição destes alunos de  
1822 vir fazer a prova. Recebem, portanto, 2% de bonificação automática, sem estar  
1823 vinculada ao mérito e até mais 3% pelo desempenho que possam ter na prova.  
1824 Portanto, guarda essa bonificação – de até 5%- como uma poupança para o  
1825 vestibular de verdade. A ideia é extraordinária. Ao concluir o terceiro ano e  
1826 realizar o vestibular para valer, o aluno traz até 5% de poupança com ele. Essa  
1827 estratégia cria um vínculo do aluno com a Universidade e desperta seu desejo  
1828 de estudar na USP. Uma colega embaixadora escreveu em seu relatório uma  
1829 frase que me marcou muito: ‘não se deseja aquilo que não se conhece’. Desta  
1830 forma, este Programa visa justamente a fazer com que o aluno de escola  
1831 pública vença a sua auto exclusão e deseje, de fato, por meio do  
1832 conhecimento, estudar na USP. O PASUSP é um programa jovem. Nenhum  
1833 programa dessa natureza pode ser consolidado em curto prazo. Programas  
1834 dessa natureza devem ser vistos e cuidados como programas de longo prazo.  
1835 Aliás, como tudo na educação, não podemos esperar ter uma resposta de  
1836 imediato. É por isso, que não se pode mexer muito nos projetos. Deve-se ter

1837 muito cuidado com essa questão. Vemos, portanto, o PASUSP e o INCLUSP  
1838 como um programa de longo prazo. A ideia é nos aproximar da Secretaria  
1839 Estadual de Ensino por meio dos embaixadores. É, portanto necessário que a  
1840 Secretaria de Educação nos apoie permitindo essas visitas. Esperamos  
1841 contribuir para a melhoria do ensino público, pois, este aluno que fez a prova  
1842 no segundo ano, não vai mais ter, no ano seguinte, a mesma postura de antes.  
1843 Ele vai ter aspirações e transformar a USP em um projeto. O objetivo do  
1844 INCLUSP-PASUSP é fazer com que a sociedade entenda que a Universidade  
1845 tem um projeto oficial para a escola pública e com isso esperamos que os pais  
1846 não tirem os filhos da escola pública no último ano, para que realize seus  
1847 estudos em uma escola particular. Muita gente escreve dizendo que o filho está  
1848 indo para o terceiro ano e pergunta se deve mudá-lo para uma escola  
1849 particular. Aconselhamos que os mantenha em uma escola pública porque  
1850 queremos que ela melhore e porque assim seus filhos terão acesso ao  
1851 INCLUSP. Demonstrarei pelos dados consolidados o grande avanço que  
1852 tivemos o que não significa que não devamos continuar a trabalhar. Esse slide  
1853 mostra a evolução da ampliação das vagas. Sabemos que ampliar vagas é  
1854 uma maneira importante de aumentar a inclusão social. A ampliação deve  
1855 ocorrer cuidadosamente respeitando o nosso limite, para preservar a  
1856 qualidade. Observamos um aumento de 25,43% de expansão neste período de  
1857 2003 a 2012. Outro resultado importante foi trazer de volta os alunos de escola  
1858 pública para o vestibular, pois, quem não compete não entrará nunca.  
1859 Estávamos em uma curva descendente que nos preocupava e que foi muito  
1860 divulgada na mídia. Conseguimos um resultado que considero muito animador,  
1861 que foi o aumento, de fato, do número de inscritos na FUVEST. Não posso  
1862 deixar de mencionar o PROUNI. Observem que há uma clara correlação entre  
1863 o aumento das bolsas PROUNI e uma diminuição da vinda de alunos de escola  
1864 pública para a FUVEST. Conseguimos esse resultado com muito esforço o qual  
1865 se deve certamente ao trabalho dos embaixadores. Observem nesse slide que  
1866 a linha azul mostra os inscritos e a linha vermelha, os presentes na FUVEST.  
1867 Temos representados, ainda, os convocados para segunda fase e os  
1868 aprovados na primeira chamada. Não vou detalhar, pois todos podem observar  
1869 as curvas e podem comparar os dados que se referem ao período de 2010,  
1870 2011 e 2012. Tivemos, de fato, um aumento significativo no número de

1871 candidatos INCLUSP e do mesmo modo no total FUVEST. Além disso,  
1872 podemos notar um aumento significativo de inscritos e, também, de aprovados  
1873 oriundos de escola pública, na primeira chamada. Esta primeira chamada ainda  
1874 não diz tudo, tivemos 11% de aumento, mais adiante verão que a  
1875 porcentagem de ingresso foi bem maior após a última chamada. Observem que  
1876 16,8% dos alunos que se inscreveram não virem fazer a prova. Essa é uma  
1877 questão que tentaremos superar este ano, com a campanha intensa dos  
1878 embaixadores. É uma questão que deve ser superada, pois não dá para  
1879 entender que o aluno se inscreva e não venha realizar a prova, particularmente  
1880 porque oferecemos gratuidade no vestibular para quem demonstra dificuldade  
1881 financeira. Quanto ao PASUSP podemos também observar um bom resultado.  
1882 Um aumento significativo de inscrições. Vemos, entretanto, que 26,39% dos  
1883 inscritos não compareceram. Isso é inacreditável! Esses alunos enviaram  
1884 formulário com foto, com assinatura do seu diretor e não compareceram à  
1885 prova. Temos que entender as razões. Não podemos perder estes meninos. O  
1886 resultado é que tivemos 319 alunos PASUSP matriculados em nossos cursos.  
1887 Com relação aos treineiros do PASUSP, alunos de 2º ano do Ensino Médio,  
1888 também houve um resultado animador: 56 deles foram aprovados. Esses 56  
1889 alunos devem ter, pelo menos, um bônus mínimo de 2% e máximo de 5% que  
1890 trarão consigo no próximo ano. Esse pessoal está comprometido com a USP.  
1891 Com relação aos alunos de primeira chamada escola pública que realizaram a  
1892 FUVEST, houve um aumento significativo tanto no número de inscritos como  
1893 no de matriculados, após a última chamada. Observem que a porcentagem de  
1894 matriculados na USP, vindos de escola pública, chegou a 28,03%. Aos  
1895 pouquinhos estamos aumentando o número desses alunos na USP. Também  
1896 há um dado interessante que são os matriculados PASUSP. Tivemos, no final,  
1897 319 alunos PASUSP matriculados e vejam que esse número vai aumentar com  
1898 a última chamada, porque estes alunos, de um modo geral, não têm um  
1899 desempenho tão bom de modo que este número vai aumentando à medida que  
1900 as chamadas se completam. O próximo slide mostra a distribuição por etnia e  
1901 mostra a porcentagem de pretos, pardos e indígenas inscritos (em azul) e  
1902 matriculados (em vermelho), na USP ao longo de 2000 a 2012. É importante  
1903 observar que em 2000 tínhamos 11,04% de candidatos de cor preta, enquanto  
1904 que em 2012 temos 14,1% de ingressantes. Portanto, o número de



1905 ingressantes superou o número de candidatos ao longo deste tempo. Dá para  
1906 ver perfeitamente que há um nítido estiramento da barra em 2007 quando o  
1907 INCLUSP começou. Podemos traçar uma linha que separa o período pré-  
1908 INCLUSP do período pós-INCLUSP. Nesse slide vemos a porcentagem de  
1909 pretos, pardos e indígenas oriundos de escola pública. Notem que, com o início  
1910 do INCLUSP em 2007 tínhamos 14,1% deste contingente ingressando na USP,  
1911 enquanto que este ano tivemos 26%. Quero ressaltar que a UNESP não tem  
1912 nenhum projeto de inclusão social. A UNICAMP tem um programa que dá uma  
1913 bonificação um pouco maior para os candidatos que se declaram pretos ou  
1914 pardos, mas, a UNICAMP não atingiu ainda 9% do conjunto destas etnias,  
1915 preta, parda e indígena, ingressando na Universidade, como consta do último  
1916 relatório da UNICAMP. Nesse slide vemos a porcentagem daqueles que se  
1917 declararam brancos, ressalto que são dados obtidos de auto declaração no  
1918 formulário da FUVEST. Notem que há uma tendência a diminuir esse  
1919 compartimento, pela crescente vinda à FUVEST de outras etnias. O número  
1920 de indígenas é muito baixo e constante, entre 0,2 ou 0,3%. O desempenho nos  
1921 cursos é muito importante para uma Universidade que se preocupa com a  
1922 formação qualificada dos seus estudantes. Não é possível fazer um programa  
1923 de inclusão social sem acompanhar passo a passo o desempenho dos nossos  
1924 ingressantes por este programa. É essencial termos responsabilidade com a  
1925 formação que eles devem obter na universidade. Eles devem ter a capacidade  
1926 de acompanhar os nossos cursos. Nesse slide vemos os dados globais de  
1927 desempenho dos ingressantes pelo INCLUSP de 2007 e 2010. Estamos  
1928 fazendo agora um estudo por curso e é possível que haja diferença entre os  
1929 diversos cursos. A USP, também, acabou de anunciar a abertura do programa  
1930 de transferência. Colocamos, anualmente, à disposição as vagas não  
1931 ocupadas naquele ano. Estamos trabalhando muito neste programa, porque ele  
1932 precisa ser consolidado, mais divulgado e, de fato, ampliado, porque não  
1933 podemos ter vagas ociosas na universidade pública. Todas as vagas  
1934 remanescentes oriundas de desistências, evasão ou mesmo transferência  
1935 interna de um curso para outro (migração), são anualmente postas em  
1936 concurso outra vez. Há um grupo de trabalho, no CoG, para tratar do  
1937 aperfeiçoamento dos critérios, para tornar o processo de transferência mais  
1938 visível de modo que a sociedade aproveite mais desses processos de

1939 transferência, que pode ser melhorado. Esse slide mostra o perfil  
1940 socioeconômico daqueles que entram pelo PASUSP, pelo INCLUSP e  
1941 daqueles USP em geral. No PASUSP, 34,8% das pessoas tem uma renda  
1942 familiar mensal entre 3 e 5 salários mínimos. No INCLUSP, esse percentual  
1943 diminui um pouco, sendo 28%. Observem que, mesmo naquele grupo que não  
1944 é INCLUSP ou PASUSP, ainda temos 19,2% de pessoas que são muito  
1945 pobres, embora a renda total dos grupos aumente um pouco. O PASUSP foi  
1946 aberto nessa sexta-feira, o sucesso foi grande, mostrando que a campanha dos  
1947 embaixadores, de fato, está funcionando e isso é muito bom. Quero informar  
1948 que a USP tem ingressantes - estes são dados do ano passado - alunos  
1949 INCLUSP e PASUSP em todos os seus cursos, não há um só curso da USP  
1950 que não tenha alunos oriundos desses programas. Os números mostrados são  
1951 números absolutos: nas Biológicas são 521 alunos, em Exatas são 935 alunos  
1952 e em Humanas são 1.170 alunos, porque, de fato, as Humanas tem o número  
1953 de vagas extremamente grande, só em Letras são perto de 900 vagas. O  
1954 Programa Embaixador, criado na gestão passada, mas que adotei  
1955 completamente por considerá-lo extraordinário, envolve a comunidade da USP  
1956 neste compromisso de divulgação nas escolas públicas. Começamos a fazer  
1957 reuniões anuais dos embaixadores na minha gestão, no início da campanha, e  
1958 ano passado, acrescentamos uma segunda reunião no final da campanha visando  
1959 a fazer uma prestação de contas aos Embaixadores. Digo que os  
1960 Embaixadores é um programa de dupla mão porque quem dele participa, ao  
1961 receber o resultado - número de alunos que se inscreveram e quantos foram  
1962 aprovados da escola visitada por ele - sente uma satisfação extraordinária.  
1963 Quem faz esse trabalho sente-se muito feliz. Para evidenciar o sucesso do  
1964 Programa vejam que de 2007 a 2011, tivemos 1.465 embaixadores enquanto  
1965 que, somente no ano passado tivemos 381 e este ano 1.780 pessoas estão  
1966 envolvidas, sendo 1.517 alunos de graduação, 167 de pós-graduação e 96  
1967 docentes. Estamos, de fato, formando um pequeno exército de pessoas que se  
1968 dispõem a ir às escolas públicas divulgar o programa de inclusão. As inscrições  
1969 do PASUSP já se iniciaram, começou na sexta-feira e já temos 3.037 alunos  
1970 inscritos. Fizemos um formulário perguntando de onde eles ouviram isso e  
1971 22,4% escutaram estas informações pelos nossos embaixadores, o que  
1972 demonstra que, de fato, este programa está dando certo. Não dá para pensar

1973 inclusão social sem pensar em um forte programa de permanência e a USP  
1974 tem pensado nisso fortemente. Podemos ver o aumento significativo no apoio à  
1975 permanência destes alunos, a criação de 1.000 bolsas para os ingressantes do  
1976 programa Tutoria Acadêmico-Científico 'Mentoring', que é muito mais que um  
1977 orientador, é um tutor de verdade, bem como os programas de  
1978 internacionalização e todos os outros programas de apoio, mas,  
1979 principalmente, faltava uma bolsa para o primeiro ano, que foi criada agora pela  
1980 Pró-G." **Cons. Leandro Salvático Silveira da Silva:** "Tentarei falar pouco,  
1981 apesar de ter que desconstruir muitas coisas que foram apresentadas e  
1982 questionar, também, algumas outras. Convido os senhores a dar uma lida no  
1983 material, não sei se todos receberam aquele dossiê que mandei, com algumas  
1984 informações sobre ações afirmativas. São publicações interessantes e devem  
1985 ser repassadas às pessoas próximas, das suas Unidades. Faço algumas  
1986 perguntas para começar, porque isso vai ser discutido dentro de um contexto  
1987 do confinamento racial acadêmico brasileiro. Pergunto: quantos professores  
1988 negros os senhores conhecem? Façam esta reflexão. E no seu convívio, como  
1989 está? Porque, às vezes, inserimo-nos em um determinado contexto e  
1990 passamos a querer discutir a questão racial. Quem dos senhores aqui é  
1991 especialista em questões étnico-raciais e em ações afirmativas? Há alguém  
1992 especialista neste Conselho? Ninguém. Muitas vezes, por exemplo, os  
1993 senhores que não têm contato com o tema em seu dia-a-dia ou, muitas vezes,  
1994 nem contato com negros em sua rotina, fazem estas análises de uma forma e  
1995 não conhecem a temática e a problemática que estão abordando, que é uma  
1996 situação bem delicada em nosso País. Para falar da questão sobre o  
1997 confinamento racial citarei o Prof. José Jorge de Carvalho, da Universidade  
1998 Federal de Brasília (UnB), que participou da implementação do programa em  
1999 Brasília. Ele faz uma análise do número de professores universitários que há  
2000 nas principais universidades do Brasil e a conclusão que ele chega é que este  
2001 número na USP, na UNICAMP, UFRJ e na URGs é 0,2% e vai aumentando  
2002 até chegar em 1% de professores negros, na UnB. Dessa forma, ele continua  
2003 fazendo esta reflexão sobre o confinamento racial de não haver brancos e,  
2004 sequer, os brancos aqui presentes têm contato, de fato, com os negros e diz  
2005 que se não somos diretamente responsáveis por esta exclusão, nem nos  
2006 sentimos coniventes com a sua reprodução, então, deveríamos admitir - para

2007 iniciar uma reflexão crítica - que temos sido forçados a desenvolver nossas  
2008 atividades dentro de um regime de confinamento racial, que herdamos das  
2009 gerações passadas de acadêmicos. Se juntarmos todos os professores das  
2010 universidades anteriormente citadas, teremos 18.400, na contabilidade do Prof.  
2011 José Jorge, especialista em ações afirmativas, sendo 18.330 brancos e 70  
2012 negros. E ele faz uma discussão muito interessante, que convido os senhores a  
2013 lerem no documento que foi entregue, chama-se Dossiê Cotas na USP - parte  
2014 I. Parte I, porque virão outros documentos para dar mais informações que os  
2015 senhores nunca tiveram em suas carreiras acadêmicas, porque perguntei aos  
2016 senhores se há algum especialista nisso e ninguém respondeu que sim.  
2017 Continuando, quantos destes 18.400 têm relações minimamente igualitárias,  
2018 fora da academia, convivendo com brancos e negros em seus locais de  
2019 trabalho e na classe social, em suas residências, no seu comércio? Vocês  
2020 realmente conhecem a realidade dos negros brasileiros ou apenas veem os  
2021 negros enquanto objeto e não enquanto sujeitos? Continuando esta  
2022 problemática, ele aborda esta questão, inclusive, isso é típico na Biologia, de  
2023 falar que só existe uma raça, sendo que essa ideia foi desconstruída na década  
2024 de 60. O conceito de raça e etnia se desenvolve através de questões sociais,  
2025 geográficas, entre outras de que trata Delcele Mascarenhas Queiroz, da  
2026 Universidade Federal da Bahia, e que também foi tratada por Florestan  
2027 Fernandes em seu livro 'A integração do negro na sociedade de classes', de  
2028 1965, o qual ele publicou um pouco antes de ser aposentado  
2029 compulsoriamente, em 1969. Para vocês verem como é difícil tratar deste tema  
2030 - raça - no Brasil. Na sequência, ele publicou, em 1972, 'O negro no mundo dos  
2031 brancos', em que desconstrói este conceito de raça enquanto genética. A raça  
2032 não importa, de fato, ou o gene. O que importa se uma população viveu ou não  
2033 na África no passado? O dado relevante é que no universo simbólico em que  
2034 se movem as relações sociais brasileiras, indivíduos de aparências fenotípicas  
2035 distintas recebem tratamentos distintos nas mais diversas esferas sociais. As  
2036 representações que comandam as relações sociais entre os brasileiros de  
2037 diferentes aparências fenotípicas transformam marcas corporais e sinais de  
2038 prestígio ou desprestígio, refletindo-se de modo drástico na vida da população  
2039 negra que, no final das contas, tem indicadores sociais sempre piores do que  
2040 da população branca. Dessa forma, fala-se que não teve condições de estudo,

2041 mas mesmo quando tem condição e comparamos pessoas de mesma  
2042 formação acadêmica e seus respectivos salários, o salário do negro é 1/3  
2043 inferior ao do branco. Isso mostra nitidamente que existe o racismo no Brasil e  
2044 ele está se reproduzindo com o auxílio ou conivência de alguns de nós. É por  
2045 isso que queremos desconstruir e a proposta das cotas sociais com recorte  
2046 racial vem neste sentido. Foi dito a respeito da USP e gostaria de dizer que em  
2047 2004 aconteceu, sim, esta discussão, no início da década passada, por conta  
2048 da pressão social, a mesma que trouxe à tona, novamente, este abaixo-  
2049 assinado, que com 20% das assinaturas, obrigou regimentalmente este  
2050 Conselho a discutir as cotas raciais em sua próxima reunião ordinária. É a  
2051 mesma pressão social dos mesmos grupos sociais que uma década depois,  
2052 após não serem ouvidos pela USP, estão voltando para pleitear o direito ao  
2053 conhecimento. A Comissão Especial criada não contou com participação de  
2054 pessoas que realmente conheciam a questão de ações afirmativas, ela foi  
2055 composta por membros da Pró-G que, assim como os senhores aqui  
2056 presentes, não são especialistas em inclusão social e nem em ações  
2057 afirmativas. Por isso que em nosso pedido, que foi junto com o abaixo-assinado  
2058 e com o ofício, solicitamos a participação externa, afinal, os professores que  
2059 conhecem a temática, o Núcleo de Consciência Negra e outros movimentos  
2060 sociais, como o movimento negro estudantil, estudam isso há anos vão ficar de  
2061 fora desta discussão para que os senhores conselheiros decidam uma questão  
2062 de relevância tão grande para toda uma população? 50% da população  
2063 brasileira é negra e pessoas que desconhecem a questão do negro e não são  
2064 negras vão fazer uma tomada de decisão por eles, sem querer ouvi-los, isso é  
2065 inadmissível. De todo modo, esta discussão foi feita e o INCLUSP foi  
2066 implantado. Depois, a discussão foi realizada novamente em novembro de  
2067 2010 e, ainda, em março de 2011, que foi quando o INCLUSP foi refeito e o  
2068 Núcleo de Consciência Negra e os cursinhos populares da USP pediram  
2069 novamente para participar da discussão sobre a questão do INCLUSP e este  
2070 pedido foi negado pela Pró-G, o que mostra que não há ouvidos para as  
2071 demandas do povo negro dentro da Universidade e não podemos ser  
2072 coniventes com esta questão. Na próxima reunião, onde iremos discutir isso,  
2073 peço encarecidamente a cada um dos senhores que venham realmente  
2074 dispostos a ouvir coisas que, talvez, não estejam acostumados a ouvir em seu

2075 dia-a-dia. São coisas que realmente entram e mexem em uma ferida da  
2076 sociedade brasileira que não cicatrizou e só cicatrizará quando a população  
2077 negra estiver inserida aqui dentro, caso contrário, continuaremos a bater na  
2078 porta, repetidamente, até que aconteça a entrada. Novamente solicitamos que  
2079 o movimento negro e professores especialistas em ações afirmativas  
2080 participem das discussões no Co e, também, nas Unidades, onde cada um dos  
2081 senhores vão fazer esta discussão, pois terão que voltar com uma posição e  
2082 porque acredito que não decidirão se são à favor ou contra sem, sequer, ter  
2083 conhecimento do tema. Como isso entrou na pauta do Co para ser deliberado,  
2084 os senhores terão que fazer estas discussões em suas Unidades. Gostaria,  
2085 realmente, que os senhores convidassem pessoas que sabem do tema para  
2086 orientá-los no que tange a uma tomada de decisão consciente para o nosso  
2087 futuro. Com relação aos dados da Pró-G, os mesmos não estão disponíveis  
2088 publicamente. Naquele *site* da Pró-G que apareceu não há nada, não diz nada  
2089 sobre dados. E, agora, dentre os muitos dados que foram apresentados, um ou  
2090 outro me chamou atenção, que diz respeito ao PASUSP ir buscar os treineiros.  
2091 A inclusão que ele gerou foi de 56 alunos, isso é menos de 0,05%. Se isso é  
2092 inclusão social, o que é exclusão? E, para finalizar, abordo a questão jurídica  
2093 que ressuscitou um debate, que o confinamento acadêmico quase fez  
2094 desaparecer, que é a questão das cotas sendo discutidas no Supremo Tribunal  
2095 Federal. Estive no STF no momento que entrou o Ministro Joaquim Barbosa,  
2096 primeiro negro e, até aquele momento, único a integrar o STF. Ele começou a  
2097 falar dele dizendo e, com o respaldo do que sabemos ser verídico, porque  
2098 diversos autores já demonstraram que a luta anti-cotas é a luta de uma elite  
2099 que quer manter o poder que, historicamente, detém. Não sei se estamos  
2100 reproduzindo isso consciente ou inconscientemente, ou lutando contra, mas  
2101 esse é o fato. E, pelo menos na análise dos juristas, que conhecem  
2102 profundamente o tema e debruçaram-se sobre ele, estes decidiram favorável e  
2103 unanimemente em prol das cotas raciais. Em seguida - e para marcar a derrota  
2104 da ação dos democratas - entrou o Ministro Cezar Peluso, que fala das  
2105 discriminações positivas ou ações afirmativas, cada autor trata de uma maneira  
2106 o conceito, que são plenamente constitucionais e cita o exemplo da Lei Maria  
2107 da Penha. Existe a diferença entre o homem e a mulher, uma vez que o  
2108 homem é mais forte, na maioria das vezes, e por isso a possibilidade de se

2109 fazer uma violência sem condições de reação. A Lei Maria da Penha é uma  
2110 discriminação positiva. Alguém aqui é contra a Lei Maria da Penha? Não. E,  
2111 ainda, o Ministro atacou alguns argumentos anti-cotas que foram utilizados, um  
2112 deles é de que as cotas vão gerar discriminação, ele enfatizou - e eu retomo  
2113 neste Conselho - que não existe nenhum dado empírico que confirme isso, pelo  
2114 contrário. Existem diversos estudos que apontam para o outro lado, no entanto  
2115 continuam falando que vai gerar uma guerra racial. Outros que atacam as  
2116 cotas, atacam a questão do mérito, no entanto, repito as palavras do Ministro  
2117 Cezar Peluso, que não existe mérito quando se compara de forma igual dois  
2118 indivíduos que não tiveram oportunidades iguais ou similares. Você coloca o  
2119 vestibular igual para duas pessoas que não tiveram condições iguais de acesso  
2120 ao conhecimento e preparação, esse vestibular não está, de fato, avaliando se  
2121 um é melhor do que o outro e se a capacidade de aprendizado e de  
2122 desenvolvimento de um é melhor do que a do outro, porque os dois tiveram  
2123 oportunidades diferentes de preparo. Então, a meritocracia, nesta decisão do  
2124 STF, foi por água abaixo juridicamente e cientificamente, a qual já havíamos  
2125 derrotado esta falsa ideia. Um último dado sobre esta discussão do INCLUSP é  
2126 que o Prof. Mauro Bertotti, do IQ, é o que a Prof. Telma chama de 'Pai do  
2127 INCLUSP'. O Prof. Mauro participou recentemente de dois debates no Núcleo  
2128 de Consciência Negra, um na Poli e outro no IQ, dois nas áreas de Exatas, de  
2129 onde o referido Núcleo saiu aplaudido, pela consistência dos argumentos  
2130 apresentados. E acho que uma das coisas que o Prof. Mauro e os outros  
2131 devem ter gostado de ouvir, pelo menos se a pessoa não for racista, é que nos  
2132 últimos cinco anos, nos cursos de maior excelência, como Medicina, Direito e  
2133 outros, ingressaram 77 negros. Isso foi um número que o Prof. Mauro passou e  
2134 é vergonhoso para cinco anos, lamentável. Tem uma posição que concordo  
2135 com a Prof.<sup>a</sup> Telma e gostaria de ressaltar e elogiá-la, pois ela fez esta  
2136 abordagem e é importante que se faça. Inclusive, dentro deste Dossiê, os  
2137 conselheiros encontrarão esta mesma informação analisada, de outras  
2138 universidades, que é o relato das experiências de quem implementou o sistema  
2139 de cotas. No Dossiê - número II: o negro na Universidade, o direito à educação  
2140 começa com o artigo do professor Kabengele Munanga e termina com o relato  
2141 de quem implementou o sistema de cotas. A conclusão é que o desempenho  
2142 dos cotistas é igual e, às vezes, ligeiramente superior aos dos não cotistas. E,

2143 então, os cientistas da área foram se debruçar em cima do porquê disso, uma  
2144 vez que os cotistas têm condições de preparo inferior, tem menor condição  
2145 historicamente, não tem tanto apoio familiar por causa do analfabetismo  
2146 herdado da escravidão e perpetuado por políticas de Estado que privavam o  
2147 negro de acesso aos seus direitos e foram chegar à conclusão de que aqueles  
2148 indivíduos se tornavam referências em suas cidades e comunidades. Sou uma  
2149 referência em meu bairro e lá não há ninguém que tenha entrado na  
2150 Universidade. As pessoas quando me encontram e falo que estudo na USP,  
2151 elas me veem como um Deus, porque elas não conhecem ninguém que tenha  
2152 estudado na USP, elas acham isso uma coisa de outro mundo. E, por conta  
2153 disso, consegui incentivar muitas outras pessoas a estudar e se esforçar um  
2154 pouco mais. Inclusive, em minha família, pessoas mais velhas que não se  
2155 interessavam por estudo, voltaram a estudar, porque viram que era possível.  
2156 Elas passam a ter um exemplo, uma referência, o povo negro brasileiro, em  
2157 sua maioria, não tem uma referência. Nunca houve um Reitor negro, não há  
2158 professores negros. Em quantos médicos negros os senhores já passaram?  
2159 Qual a referência do jovem negro brasileiro? A de pedreiro, a de pintor? Sem  
2160 querer desmerecer estas profissões, mas a maioria das mulheres negras estão  
2161 no mercado de trabalho como empregadas domésticas. Os senhores têm  
2162 empregada doméstica negra? É outra questão que se deve pensar. É a  
2163 manutenção deste sistema de 'negra é empregada e brancos são doutores,  
2164 pós-doutores, reitores e governadores' que queremos eternizar em nossa  
2165 sociedade? A proposta das cotas raciais com o recorte social para que os  
2166 negros pobres e, também, os brancos pobres tenham condições de ter acesso  
2167 a uma educação de qualidade não é uma proposta de outro mundo, isso é o  
2168 mínimo que a USP, do alto de sua excelência dos *rankings* internacionais pode  
2169 fazer para a população que a mantém. Não vejo nada demais, não é um pedido  
2170 de outro mundo. Há mais de duas décadas estamos repetindo esta  
2171 reivindicação das cotas. Somos burros? Não, somos estudiosos do tema e  
2172 temos absoluta certeza - e ela não é de fé, é científica - que este sistema vai  
2173 contribuir para a nossa evolução enquanto Universidade. Harvard, Columbia,  
2174 Chicago University e muitas outras universidades do mundo mantém sistemas  
2175 de inclusão de minorias, mas a USP nunca aceitou, até o momento atual, até a  
2176 última reunião, pegar os 20% das assinaturas e protocolar este ofício, nunca



2177 havia aceitado discutir as cotas raciais neste espaço, no âmbito da  
2178 implementação. Uma coisa é discutir, falar a opinião pró ou contra, a outra é  
2179 discutir a implementação, de fato, e trazer posições de seus Departamentos  
2180 com a discussão ampla feita a partir de pessoas que conhecem o tema.  
2181 Gostaria que os senhores tomassem nota apenas do Projeto de Lei 180, de  
2182 2008, que está tramitando no Senado e do Projeto de Lei 530, de 2004, que  
2183 está tramitando na ALESP. O movimento negro e os movimentos, de modo  
2184 geral, apoiam a aprovação destes dois Projetos de Lei que, no caso, se não  
2185 conseguirmos aprovar na USP, virão de cima para baixo, porque a pressão  
2186 social é muito grande, não dá mais para tolerar este sistema de inclusão ser  
2187 perpetuado diante de nossos olhos. Ele propõe a inclusão de um percentual de  
2188 estudantes oriundos de escola pública, então, faz-se um recorte social de quem  
2189 não teve acesso a uma educação privada de excelência; e dentro deste  
2190 percentual fazemos um recorte de raça, porque, então, neste percentual  
2191 entrará brancos, pretos, pardos, indígenas. Faz-se, então, um recorte de 30%  
2192 ou 35%, como é na UFSCAR, para que sejam alunos negros. Dessa forma,  
2193 você consegue que, por exemplo, na Medicina, tenha um percentual de negros,  
2194 porque esses 15% apresentados pela Prof.<sup>a</sup> Telma seria um número de bom  
2195 tamanho se esses 15% estivessem em todos os cursos. No curso que realizei,  
2196 de Engenharia na EEL, em Lorena não há negro. Queria que estes 15%  
2197 estivessem em Direito e em todos os lugares, porque a concentração dos  
2198 negros está nos cursos de Licenciatura, na Física, no curso de Letras está  
2199 cheio, mas na Faculdade de Direito, na de Medicina, na FEA e na Odontologia,  
2200 que são os cursos de maior interesse social e de capacidade de mudança  
2201 social, em 5 anos foram 77 pessoas. Poderia terminar essa fala com uma  
2202 afirmação de que é necessária a implementação das cotas raciais para o  
2203 próprio bem da USP, mas acho que isso os senhores vão chegar à conclusão.  
2204 Coloco uma pergunta mais profunda: seremos coniventes com o sistema atual  
2205 que vem perpetuando o racismo no Brasil? Espero que não." **M. Reitor:**  
2206 "Consoante já dito no início, continuaremos, em sessão temática, ainda  
2207 invertendo os temas, primeiro a inclusão social/cotas e, depois, estrutura do  
2208 poder, antes ainda da realização do primeiro Conselho regular da USP. Muito  
2209 obrigado a todos." Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente dá por  
2210 encerrada a reunião, às 18:00. Do que, para constar, eu,

2211 Prof. Dr. Rubens Beçak, Secretário Geral, lavrei e solicitei que fosse digitada  
2212 esta Ata, que será examinada pelos Senhores Conselheiros presentes à  
2213 sessão em que for discutida e aprovada, e por mim assinada. São Paulo, 26 de  
2214 junho de 2012.